

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	14
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	14
6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA	15
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	16
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18
9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	19
10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	20
11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO	20
12. ATIVOS DE CONTRATO	22
13. INTANGÍVEL	23
14. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	23
15. FORNECEDORES	25
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES	26
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	27
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS	29
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	29
20. PROVISÕES	31
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	37
22. RECEITA	38
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	42
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	45
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	46
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	48
27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	56
28. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI	57
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	58
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR	75

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
ATIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	580.741	659.045
Títulos e valores mobiliários	5	1.176.744	2.104.119
Consumidores e revendedores	6	3.034.147	2.989.608
Concessionários - transporte de energia	6	261.355	257.540
Tributos compensáveis	7	1.797.392	1.483.677
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	51.227	128.539
Estoques		28.966	29.312
Contribuição de iluminação pública		197.137	179.406
Reembolso subsídios tarifários	10	81.981	82.616
Subvenção baixa renda		42.730	43.072
Ativos financeiros e setoriais da concessão	11	171.832	-
Outros créditos		165.886	135.835
Total do circulante		7.590.138	8.092.769
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	290.701	472.371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8b	1.767.518	1.747.020
Tributos compensáveis	7	1.930.080	2.888.626
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8a	67.283	66.667
Depósitos vinculados a litígios	9	578.075	527.628
Consumidores e revendedores	6	63.504	120.041
Concessionários - transporte de energia	6	34.366	34.085
Outros créditos		13.424	13.865
Ativos financeiros e setoriais da concessão	11	1.235.446	662.739
Ativos de contrato	12	1.465.334	1.141.599
Intangíveis	13	9.249.744	9.207.269
Operações de arrendamento mercantil - direito de uso	14	145.166	166.344
Total do não circulante		16.840.641	17.048.254
Ativo total		24.430.779	25.141.023

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
PASSIVO
(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	826.806	1.181.014
Fornecedores	15	1.768.948	1.783.607
Impostos, taxas e contribuições	16	251.862	234.490
Salários e encargos sociais		160.890	138.444
Encargos regulatórios	18	416.937	267.696
Participação dos empregados e administradores no resultado		40.533	73.691
Obrigações pós-emprego	19	228.042	213.283
Contribuição de iluminação pública		282.268	304.869
Passivos financeiros setoriais da concessão	11	138.808	231.322
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	25	221.463	309.434
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	16	1.590.108	448.019
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	14	27.258	38.521
Outras obrigações		404.815	338.794
Total do circulante		6.358.738	5.563.184
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	3.495.740	3.916.226
Provisões	20	1.216.047	1.246.762
Obrigações pós-emprego	19	4.445.118	4.433.298
Encargos regulatórios	18	152.193	234.237
PIS/Pasep e Cofins a serem restituídos a consumidores	16	2.038.718	3.569.837
Operações de arrendamento mercantil - obrigações	14	130.735	139.241
Outras obrigações		14.152	16.607
Total do não circulante		11.492.703	13.556.208
Total do passivo		17.851.441	19.119.392
Patrimônio líquido			
Capital social	21	5.371.998	5.371.998
Reservas de lucros		2.471.584	2.653.670
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.004.037)	(2.004.037)
Lucros acumulados		739.793	-
Total do patrimônio líquido		6.579.338	6.021.631
Total do passivo e do patrimônio líquido		24.430.779	25.141.023

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Receita	22	9.463.013	7.555.731
Custos operacionais	23		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(4.523.541)	(3.822.279)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(1.485.726)	(638.051)
		(6.009.267)	(4.460.330)
Custos			
Pessoal e administradores		(351.266)	(358.862)
Materiais		(23.929)	(22.231)
Serviços de terceiros		(548.013)	(467.665)
Amortização		(287.081)	(276.031)
Provisões operacionais, líquidas	23d	(16.424)	(52.029)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(719.519)	(581.744)
Outros		(31.119)	(24.258)
		(1.977.351)	(1.782.820)
Custo total		(7.986.618)	(6.243.150)
Lucro bruto		1.476.395	1.312.581
Despesa operacional	23		
Despesas com vendas		(36.389)	(198.649)
Despesas gerais e administrativas		(194.864)	(185.188)
Outras despesas operacionais, líquidas		(239.385)	(232.465)
		(470.638)	(616.302)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		1.005.757	696.279
Receitas financeiras	24	292.851	251.681
Despesas financeiras	24	(282.393)	(227.026)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		1.016.215	720.934
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(296.920)	(284.819)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	20.498	43.275
Lucro líquido do período		739.793	479.390
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	21	0,31	0,20

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Receita	22	4.801.038	3.778.352
Custos operacionais	23		
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(2.375.202)	(1.903.100)
Encargos de uso da rede básica de transmissão		(720.452)	(265.470)
		<u>(3.095.654)</u>	<u>(2.168.570)</u>
Custos			
Pessoal e administradores		(201.032)	(198.674)
Materiais		(16.212)	(13.833)
Serviços de terceiros		(301.446)	(259.021)
Amortização		(144.284)	(139.851)
Provisões operacionais, líquidas	23d	(31.490)	(22.426)
Custo de construção de infraestrutura de distribuição		(398.218)	(333.337)
Outros		(23.450)	(15.877)
		<u>(1.116.132)</u>	<u>(983.019)</u>
Custo total		(4.211.786)	(3.151.589)
Lucro bruto		589.252	626.763
Despesa operacional	23		
Despesas (reversão) com vendas		7.789	(102.504)
Despesas gerais e administrativas		(49.160)	(49.872)
Outras despesas operacionais, líquidas		(123.170)	(109.742)
		<u>(164.541)</u>	<u>(262.118)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		424.711	364.645
Receitas financeiras	24	185.337	156.874
Despesas financeiras	24	(135.424)	(97.803)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		474.624	423.716
Imposto de renda e contribuição social correntes	8c	(130.237)	(167.861)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	3.254	26.946
Lucro líquido do período		347.641	282.801
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	21	0,15	0,12

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)**

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Lucro líquido do período	739.793	479.390
Resultado abrangente do período	739.793	479.390

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)**

	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Lucro líquido do período	347.641	282.801
Resultado abrangente do período	347.641	282.801

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Capital Social	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	5.371.998	1.329.789	(1.993.579)	-	4.708.208
Lucro líquido do período	-	-	-	479.390	479.390
Resultado abrangente do período	-	-	-	479.390	479.390
Reversão da proposta de distribuição de dividendos	-	469.896	-	-	469.896
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	5.371.998	1.799.685	(1.993.579)	479.390	5.657.494
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	5.371.998	2.653.670	(2.004.037)	-	6.021.631
Lucro líquido do período	-	-	-	739.793	739.793
Resultado abrangente do período	-	-	-	739.793	739.793
Juros sobre o capital próprio declarados (Nota 21)	-	(182.086)	-	-	(182.086)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021	5.371.998	2.471.584	(2.004.037)	739.793	6.579.338

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		739.793	479.390
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa			
Obrigações pós-emprego	19	170.420	167.520
Amortização	13b e 14a	330.129	329.133
Provisões operacionais	23d	41.813	250.678
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos de contrato	12	(3.722)	(7.942)
Valor residual líquido de ativos financeiros da concessão e intangível baixados	11a e 13b	12.787	3.831
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	22	(430.911)	-
Juros e variações monetárias		219.156	154.346
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro da concessão	11a	(20.025)	955
Amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos	17	904	1.014
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros	22	(792.651)	(81.652)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8c	(20.498)	(43.275)
		247.195	1.253.998
Aumento (redução) de Ativos			
Consumidores e revendedores		(24.391)	(58.231)
Concessionários - transporte de energia		(4.096)	1.694
Conta de compensação de variação de valores de itens da "parcela A" (CVA) e outros componentes financeiros		-	62.771
Tributos compensáveis		(21.644)	44.104
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(11.566)	(83.575)
Depósitos vinculados a litígios		(45.568)	1.211.892
Contribuição de iluminação pública		(17.731)	(10.555)
Reembolso subsídios tarifários	10	635	8.130
Subvenção baixa renda		342	(8.333)
Outros		(18.264)	56.741
		(142.283)	1.224.638
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(21.950)	(199.992)
Impostos, taxas e contribuições		460.059	270.423
Imposto de renda e contribuição social a pagar		296.920	284.819
Salários e encargos sociais		22.446	29.372
Contribuição de iluminação pública		(22.601)	(13.513)
Encargos regulatórios	18	67.197	54.353
Obrigações pós-emprego	19	(143.841)	(93.081)
Provisões	20	(47.139)	(52.788)
Participação dos empregados e administradores no resultado		(33.158)	(15.979)
Outros		101.227	151.493
		679.160	415.107
Caixa gerado pelas atividades operacionais		784.072	2.893.743
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	17	(141.502)	(180.142)
Juros de arrendamento pagos	14	(833)	(816)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(37.999)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		641.737	2.674.786
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Em Títulos e Valores Mobiliários - aplicação financeira		1.109.045	(1.370.253)
No intangível	13	(13.450)	(12.438)
No ativo de contrato	12	(694.187)	(547.922)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		401.408	(1.930.613)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de arrendamento	14b	(26.725)	(33.205)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	17	(851.980)	(536.867)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos		(242.744)	-
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.121.449)	(570.072)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	659.045	234.346
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	4	580.741	408.447

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 2020
(Em milhares de Reais)

	Jan a Jun/2021		Jan a Jun/2020	
Receitas				
Venda de energia e serviços	13.821.097		11.667.604	
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	719.519		581.744	
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	20.025		(955)	
Outras receitas	4.636		-	
Ajuste para perdas em créditos de liquidação duvidosa	(36.389)		(198.649)	
	<u>14.528.888</u>		<u>12.049.744</u>	
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	(4.902.137)		(4.153.068)	
Encargos de uso da rede básica da transmissão	(1.637.163)		(703.087)	
Serviços de terceiros	(881.492)		(727.632)	
Materiais	(410.160)		(313.553)	
Outros custos operacionais	(108.930)		(141.302)	
	<u>(7.939.882)</u>		<u>(6.038.642)</u>	
Valor adicionado bruto	<u>6.589.006</u>		<u>6.011.102</u>	
Retenções				
Amortização	(330.129)		(329.133)	
Valor adicionado líquido	<u>6.258.877</u>		<u>5.681.969</u>	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	292.851		251.681	
Valor adicionado a distribuir	<u>6.551.728</u>		<u>5.933.650</u>	
Distribuição do valor adicionado		%		%
Empregados	605.956	9,25	601.145	10,13
Remuneração direta	351.579	5,37	330.689	5,57
Benefícios de curto prazo e pós-emprego	203.264	3,10	203.249	3,43
FGTS	22.044	0,34	21.623	0,36
Programa de desligamento voluntário programado	29.069	0,44	45.584	0,77
Impostos, taxas e contribuições	4.908.341	74,92	4.600.088	77,52
Federais	2.126.898	32,46	1.974.991	33,28
Estaduais	2.778.288	42,41	2.620.767	44,17
Municipais	3.155	0,05	4.330	0,07
Remuneração de capitais de terceiros	297.638	4,54	253.027	4,27
Juros	294.331	4,49	248.409	4,19
Aluguéis	3.307	0,05	4.618	0,08
Remuneração de capital próprio	739.793	11,29	479.390	8,08
Juros sobre capital próprio	182.086	2,78	-	-
Lucros retidos	557.707	8,51	479.390	8,08
	<u>6.551.728</u>	<u>100,00</u>	<u>5.933.650</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas condensadas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”, “Cemig D” ou “Cemig Distribuição”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 06.981.180/0001-16, é subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

A Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito.

A Cemig Distribuição tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 8.763.302 consumidores em 30 de junho de 2021 (informações não revisadas pelos auditores independentes).

O Quinto Termo Aditivo ao contrato de concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, tem a vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016 e estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também indicadores econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do prazo de concessão.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.1. Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou como pandemia a situação de disseminação do Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações. As economias mundiais vêm se esforçando no desenvolvimento de medidas para enfretamento e redução dos efeitos da crise econômica causada pela pandemia.

A Companhia criou em 23 de março de 2020, o Comitê Diretor de Gestão da Crise do Coronavírus, com o objetivo de garantir maior agilidade na tomada de decisões, tendo em vista a rápida evolução do cenário, que tem se tornado mais abrangente, complexo e sistêmico.

Em linha com as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, visando contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença, a Companhia implementou um plano de contingência operacional e uma série de medidas preventivas para manter a saúde e segurança da sua força de trabalho, incluindo: realização diária de contato “in loco” com as equipes em serviço por técnicos de Segurança e de Enfermagem, integração diária com o serviço social das contratadas para monitoramento da evolução de casos suspeitos, alteração e escalonamento de horários para reduzir aglomerações, restrição a viagens nacionais e internacionais, uso de meios remotos de comunicação, adoção de *home-office* para uma parcela relevante dos empregados, distribuição de máscaras para os colaboradores que estão em atividades em suas instalações ou em atendimento externo e exigência do mesmo procedimento para as empresas contratadas.

A Companhia também adotou as seguintes medidas, visando contribuir com a sociedade:

- Flexibilização do fluxo de pagamentos e parcelamentos de valores arrecadados para clientes específicos, nos termos dos programas lançados pela Companhia durante o ano de 2020;
- Lançamento de campanha de negociação, em 20 de abril de 2021, permitindo o parcelamento da dívida de consumidores inadimplentes atendidos em “Baixa Tensão” da classe comercial, em até 12 vezes sem juros, incluindo a isenção da atualização financeira ainda não lançada em fatura, vigente por 45 dias, visando a manutenção do fluxo de pagamentos de pequenos comércios e o setor de serviços, garantindo sua sustentabilidade e contribuindo para sua sobrevivência no período mais crítico da pandemia;
- Adesão ao movimento da sociedade civil “Unidos pela Vacina”, a fim de colaborar de forma efetiva com o processo de vacinação da população de Minas Gerais, com o apoio de forma direta a 425 municípios. A participação da Companhia se deu através da participação voluntária de seus empregados no apoio ao transporte e deslocamento de profissionais de diversos municípios para levar vacinas a regiões rurais, a pessoas acamadas, além da doação de insumos, no montante de R\$2.783, com o propósito de ajudar a promover o acesso à vacina para combate à Covid-19 em municípios do estado.

A Administração da Companhia continua comprometida com o reforço de sua resiliência nos negócios e deliberou sobre uma série de medidas para preservação e aumento de sua liquidez, dentre as quais se destacam:

- Posição de caixa sólida para fazer frente aos compromissos assumidos e enfrentar as incertezas econômicas do cenário atual;
- Redução contínua do endividamento líquido;
- Fortalecimento do seu programa de investimento;
- Otimização da alocação de capital.

Impacto nas informações contábeis intermediárias

Desde março de 2020, a Companhia está acompanhando os impactos da pandemia de Covid-19 em seus negócios e mercado de atuação, com a implementação de uma série de medidas para preservar a saúde de seus empregados e apoiar na prevenção do novo Coronavírus em suas áreas operacionais e administrativas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços da população e das autoridades brasileiras para mitigar os riscos de propagação da doença.

A crise ocasionada pela Covid-19 impactou as operações da Companhia em 2020 em função da retração do mercado e das medidas de distanciamento social, com impacto nos processos de produção, com interrupção nas cadeias de suprimentos, reduzindo a demanda por mão-de-obra e fechamento de lojas e instalações, o que resulta em menor consumo de energia e maior risco de inadimplência. Já no quarto trimestre de 2020 observamos a retomada do consumo aos níveis próximos dos previstos e, com as medidas de preservação do emprego e da renda e o prognóstico de avanço na campanha de vacinação, há perspectivas favoráveis para a economia em 2021.

Em 30 de junho de 2021, a partir da observação dos impactos econômicos da pandemia, a Companhia avaliou as premissas utilizadas para cálculo do valor justo e valor recuperável de seus ativos financeiros e não financeiros, cujos principais impactos estão descritos a seguir:

- Na mensuração da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, a Companhia avaliou as circunstâncias da pandemia de Covid-19 e as medidas tomadas para reduzir o impacto da retração econômica sobre a inadimplência. A Companhia intensificou as medidas para mitigar os riscos de inadimplência, com a realização de campanha específica para negociação com clientes, ações individualizadas de cobrança judicial, ampliação dos canais de negociação e diversificação dos meios de pagamento. A Companhia entende que as medidas adotadas mitigaram os efeitos da crise econômica sobre a arrecadação. Ressalta-se que a Resolução Aneel nº 928 estendeu a suspensão de fornecimento de energia dos consumidores das subclasses residenciais baixa renda e de determinados consumidores;

- Apesar das incertezas relacionadas aos desdobramentos da crise no longo prazo, a Companhia não tem a expectativa que os efeitos negativos sobre as projeções possam comprometer a viabilidade de realização de seus ativos fiscais diferidos;
- A Companhia avaliou o comportamento das taxas de juros e de desconto que são base para o cálculo das Obrigações Pós-Emprego, e entendeu que estas não são afetadas de forma relevante por questões conjunturais de curto e médio prazos, uma vez que as principais premissas utilizadas são de longo prazo;
- A Administração da Companhia efetuou a análise de sensibilidade do valor justo de ativos e passivos financeiros refletindo as condições e taxas atuais de mercado projetadas cujos impactos estão apresentados na nota explicativa nº 26;
- No que se refere ao mercado de energia elétrica, a energia faturada aos clientes cativos e a energia transportada para clientes livres e distribuidoras, com acesso às redes da Cemig D, apresentou aumento de 7,4% no primeiro semestre de 2021, em relação ao mesmo período de 2020, refletindo as medidas adotadas de flexibilização das condições de isolamento social. Esse resultado é a composição de um crescimento de 1,7% no consumo do mercado cativo e de 14,6% no uso da rede pelos clientes livres.

Os impactos da pandemia Covid-19 divulgados nessas informações contábeis intermediárias foram baseados nas melhores estimativas da Companhia e não se espera impactos significativos da pandemia no longo prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº 21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as informações contábeis intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras, aprovadas pela Administração em 26 de março de 2021.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 16 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia autorizou a emissão destas informações contábeis intermediárias.

2.2. Correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais e as informações contábeis intermediárias.

Número das notas explicativas		Título das notas explicativas
31/12/2020	30/06/2021	
1	1	Contexto operacional
2	2	Base de preparação
3	-	Da concessão
4	3	Informações por segmentos operacionais
5	4	Caixa e equivalentes de caixa
6	5	Títulos e valores mobiliários
7	6	Consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia
8	7	Tributos compensáveis
9	8	Imposto de renda e contribuição social
10	9	Depósitos vinculados a litígios
11	10	Reembolso subsídios tarifários
12	11	Ativos e passivos financeiros e setoriais da concessão
13	12	Ativos de contrato
14	13	Intangível
15	14	Operações de arrendamento mercantil
16	15	Fornecedores
17	16	Impostos, taxas e contribuições e valores a restituir a consumidores
18	17	Empréstimos, financiamentos e debêntures
19	18	Encargos regulatórios
20	19	Obrigações pós-emprego
21	20	Provisões
22	21	Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas
23	22	Receita
24	23	Custos e despesas operacionais
25	24	Receitas e despesas financeiras
26	25	Transações com partes relacionadas
27	26	Instrumentos financeiros e gestão de riscos
28	-	Seguros
29	-	Obrigações contratuais
30	27	Transações não envolvendo caixa
-	28	Comissão parlamentar de inquérito - CPI

As notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 que foram suprimidas nas informações contábeis intermediárias (ITR), pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações contábeis intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das notas explicativas
3	Das concessões
28	Seguros
29	Obrigações contratuais

3. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica no Estado de Minas Gerais e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2021	31/12/2020
Contas bancárias	43.008	77.758
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários (1)	96.008	474.003
Overnight (2)	441.725	107.284
	537.733	581.287
	580.741	659.045

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip), que variam entre 70% a 109% em 30 de junho de 2021 (65% a 108% em 31 de dezembro de 2020), conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.
- (2) As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente, são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 4,14% a.a. em 30 de junho de 2021 (1,89% a.a. em 31 de dezembro de 2020) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 26.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	30/06/2021	31/12/2020
Certificados de Depósitos Bancários (1)	43.810	341.413
Letras Financeiras (LF) - Bancos (2)	941.233	1.754.948
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) (3)	466.901	457.503
Debêntures (4)	10.454	19.252
Outros	5.047	3.374
	1.467.445	2.576.490
Ativo circulante	1.176.744	2.104.119
Ativo não circulante	290.701	472.371

- (1) Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - Cetip, que varia entre 111,04% a 115,97% em 30 de junho de 2021 (106% a 110% em 31 de dezembro de 2020), conforme operação.
- (2) As Letras Financeiras - Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira da Cemig D possuem taxa de remuneração que variam entre 103,10% a 136,14% do CDI em 30 de junho de 2021 (99,50% a 130% do CDI em 31 de dezembro de 2020).
- (3) As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs possuem taxa de remuneração que varia entre 4,07% a 4,50% a.a. em 30 de junho de 2021 (1,86% a 1,90% a.a. em 31 de dezembro de 2020).
- (4) Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% a 109% do CDI em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A classificação destes títulos e valores mobiliários e as aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas nas notas explicativas nº 25 e 26.

6. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a vencer		Vencidos			Total	
	Faturado	Não Faturado	até 90 dias	de 91 a 360 dias	há mais de 360 dias	30/06/2021	31/12/2020
Residencial	776.608	288.145	426.111	233.546	52.926	1.777.336	1.666.208
Industrial	30.040	63.961	18.495	17.650	147.490	277.636	281.005
Comércio, serviços e outras	287.404	138.281	87.691	66.541	141.609	721.526	745.764
Rural	182.941	107.664	72.711	52.606	16.553	432.475	394.907
Poder público	230.811	25.435	7.256	16.337	82.408	362.247	389.510
Iluminação pública	24.564	554	926	1.272	505	27.821	59.253
Serviço público	52.898	40.556	2.129	4.254	26.582	126.419	125.561
Subtotal - consumidores	1.585.266	664.596	615.319	392.206	468.073	3.725.460	3.662.208
Concessionários - transporte de energia	44.751	215.735	10.372	23.447	82.039	376.344	365.842
Suprimento - energia de curto prazo	-	-	-	913	-	913	20.653
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(220.326)	(11.500)	(11.699)	(7.598)	(458.222)	(709.345)	(647.429)
	1.409.691	868.831	613.992	408.968	91.890	3.393.372	3.401.274
Ativo circulante							
Consumidores e revendedores						3.034.147	2.989.608
Concessionários - transporte de energia						261.355	257.540
Ativo não circulante							
Consumidores e revendedores						63.504	120.041
Concessionários - transporte de energia						34.366	34.085

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 26 e as transações envolvendo partes relacionadas estão divulgadas na nota explicativa nº 25.

A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	30/06/2021	31/12/2020
Residencial	112.203	106.870
Industrial	147.030	136.934
Comércio, serviços e outras	197.253	182.155
Rural	28.685	28.684
Poder público	106.302	82.487
Iluminação pública	1.787	1.513
Serviço público	35.463	34.569
Concessionários - transporte de energia	80.622	74.217
	709.345	647.429

Considerando os efeitos da crise causada pela Covid-19 sobre a inadimplência da Companhia e o aparecimento de novas condicionantes como o ritmo de vacinação no país, as mutações do vírus e as alterações na política de apoio governamental, a Companhia, considerando a evolução observada em 2020 e primeiro semestre de 2021, entende que as premissas atuais representam a melhor estimativa possível, no momento, para a provisão para PECLD, para o período findo em 30 de junho de 2021.

Em 31 de julho de 2020, a Companhia protocolou requerimento na Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais – SEF/MG para compensação das dívidas de consumo e serviços de energia elétrica da administração direta e indireta do Estado de Minas Gerais utilizando débitos tributários relativos ao ICMS, nos termos do artigo 3º do Decreto Estadual 47.908/2020, que regulamentou a Lei Estadual 47.891/2020. As dívidas do Estado de Minas Gerais junto à Companhia, passíveis de compensação, são aquelas vencidas até 30 de junho de 2019, no valor de R\$222.266. As compensações tiveram início em abril de 2021, após a homologação pela Secretaria de Estado da Fazenda e a formalização do Termo de Acordo e Reconhecimento de Dívida ocorridas em 31 de março de 2021. Até o mês de junho de 2021, foram compensadas três do total de 21 parcelas, no valor de R\$10.584 cada. A expectativa é de que as compensações ocorram mensalmente nesse mesmo valor até dezembro de 2022.

A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no período é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	647.429
Constituições, líquidas	36.389
Reversão de baixas	25.527
Saldo em 30 de junho de 2021	709.345

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	30/06/2021	31/12/2020
Circulante		
ICMS a recuperar	62.318	62.221
Cofins (a) (b)	1.424.420	1.165.559
PIS/Pasep (a) (b)	310.210	254.001
Outros	444	1.896
	1.797.392	1.483.677
Não circulante		
ICMS a recuperar (b)	253.570	232.011
Cofins (a)	1.377.457	2.182.732
PIS/Pasep (a)	299.053	473.883
	1.930.080	2.888.626
	3.727.472	4.372.303

a) Créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS

Em 08 de maio de 2019, transitou em julgado, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a Ação Ordinária movida pela Companhia, com decisão favorável à autora, reconhecendo o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e Cofins com efeitos retroativos ao prazo de 5 anos do início do processo judicial, ou seja, desde julho de 2003.

Dessa forma, a Companhia registrou os créditos de PIS/Pasep e Cofins referentes aos valores pagos dessas contribuições incidentes sobre o ICMS no período de julho de 2003 a maio de 2019.

Em 12 de maio de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação dos créditos de PIS/Pasep e Cofins oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia.

A Companhia optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação do saldo a receber com os valores a pagar, mensalmente, dentro do prazo prescricional de 5 anos, tendo iniciado as compensações no mês de maio de 2020.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou os embargos de declaração interpostos pela União, modulando os efeitos da decisão de que o ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS/Pasep e da Cofins, resguardando o direito à restituição dos valores daqueles que ingressaram com ações até 15 de março de 2017, data da fixação da tese, ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data em que proferido o julgamento. Dessa forma, a modulação dos efeitos proferida pelo STF não alcança os créditos reconhecidos pela Companhia. Adicionalmente, no ponto relativo ao ICMS excluído da base de cálculo das contribuições PIS/Pasep e Cofins, prevaleceu o entendimento de que se trata do ICMS destacado (e não somente o recolhido), conforme critério de registro adotado pela Companhia.

Baseada na opinião dos assessores legais, a Administração da Companhia entende que parcela dos créditos tributários a serem recebidos deve ser objeto de restituição aos seus consumidores considerando um período máximo de 10 anos aplicável ao cálculo de tal devolução. Sendo assim, a Companhia constituiu um passivo no montante total dos créditos tributários correspondentes ao período dos últimos 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a sua receita de atualização. Para maiores informações sobre os valores a serem devolvidos, ver na nota explicativa nº 16.

A Companhia possui registrado em 30 de junho de 2021 o montante de R\$1.731.518 no ativo circulante e R\$1.676.510 no ativo não circulante referente aos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, com atualização pela Selic até a data da sua efetiva compensação.

No primeiro semestre de 2021, foram compensados créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS com tributos federais a pagar no valor de R\$695.019 (R\$945.886 no exercício de 2020).

b) Demais tributos compensáveis

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após 12 meses contados da data base destas informações contábeis intermediárias.

Os créditos de PIS/Pasep e Cofins gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Os saldos de imposto de renda e contribuição social referem-se a créditos das declarações fiscais de anos anteriores, retenções na fonte realizadas no período corrente e às antecipações que serão compensadas com tributos federais a pagar a serem apurados ao final do exercício fiscal. Os saldos dos ativos e passivos fiscais correntes relativos ao imposto de renda e contribuição social são apresentados de forma líquida quando atendidos os requisitos do CPC 32/IAS 12.

	30/06/2021	31/12/2020
Imposto de renda	41.583	108.732
Contribuição social	76.927	86.474
	118.510	195.206
Circulante	51.227	128.539
Não circulante	67.283	66.667

Os saldos de imposto de renda e contribuição social registrados no ativo não circulante são decorrentes, principalmente, de recolhimentos a título de antecipações, requeridos pela legislação tributária, superiores ao valor devido, apurados pela controladora quando do ajuste anual, cuja expectativa de compensação ultrapassa doze meses.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

Diferenças temporárias de IRPJ/CSLL	30/06/2021	31/12/2020
Ativos fiscais diferidos		
Obrigações pós-emprego	1.483.423	1.463.842
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	258.816	241.419
Provisão para redução a valor recuperável	17.568	18.834
Provisões para contingências	354.490	356.956
Taxa de administração	5.063	5.250
Participação de empregados e administradores no resultado	13.781	25.055
Outros	6.560	6.083
	2.139.701	2.117.439
Passivos fiscais diferidos		
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	(200.986)	(198.689)
Encargos financeiros capitalizados	(168.684)	(168.909)
Custo de captação	(2.513)	(2.821)
	(372.183)	(370.419)
Total do ativo líquido apresentado no balanço patrimonial	1.767.518	1.747.020

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.747.020
Efeitos alocados ao resultado	20.498
Saldo em 30 de junho de 2021	1.767.518

Os saldos passivos do imposto de renda e contribuição social diferidos foram compensados com os saldos ativos correspondentes.

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social (alíquotas de 25% e 9%, respectivamente) com a despesa efetiva apresentada nas demonstrações de resultados é como segue:

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Resultado antes dos impostos	1.016.215	720.934
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(345.513)	(245.118)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	61.909	-
Incentivos fiscais	19.509	16.463
Contribuições e doações indedutíveis	(1.624)	(960)
Multas indedutíveis	(10.145)	(11.477)
Outros	(558)	(452)
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(276.422)	(241.544)
Alíquota efetiva	27,20%	33,50%
Corrente	(296.920)	(284.819)
Diferido	20.498	43.275

	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Resultado antes dos impostos	474.624	423.716
Alíquotas nominais	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(161.372)	(144.064)
Efeitos fiscais incidentes sobre:		
Juros sobre o capital próprio declarado	32.442	-
Incentivos fiscais	10.186	8.641
Contribuições e doações indedutíveis	(1.282)	(538)
Multas indedutíveis	(6.506)	(4.912)
Outros	(451)	(42)
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	(126.983)	(140.915)
Alíquota efetiva	26,75%	33,26%
Corrente	(130.237)	(167.861)
Diferido	3.254	26.946

9. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

	30/06/2021	31/12/2020
Trabalhista	209.268	222.090
Obrigações fiscais		
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	11.336	11.281
IR/INSS indenização do anuênio (1)	205.576	204.739
Outros	97.138	37.660
	314.050	253.680
Outros		
Regulatório	28.997	28.984
Cível	5.536	5.537
Relações de consumo	5.766	5.629
Bloqueio judicial	9.549	7.105
Outros	4.909	4.603
	54.757	51.858
	578.075	527.628

(1) Ver detalhes na nota explicativa nº 20 - Provisões (indenização do anuênio).

10. REEMBOLSO DE SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados por meio dos repasses de recursos da conta de desenvolvimento energético (CDE).

Em 30 de junho de 2021, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$494.424 (R\$545.778 em 30 de junho de 2020). Deste valor, a Companhia tem a receber R\$81.981 (R\$82.616 em 31 de dezembro de 2020), reconhecidos no ativo circulante.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E SETORIAIS DA CONCESSÃO

ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30/06/2021	31/12/2020
Ativos financeiros relacionados à infraestrutura (a)	582.654	530.058
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	824.624	132.681
	1.407.278	662.739
Ativo circulante	171.832	-
Ativo não circulante	1.235.446	662.739

PASSIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	30/06/2021	31/12/2020
Conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” CVA e outros componentes financeiros (b)	(138.808)	(231.322)
Passivo circulante	(138.808)	(231.322)

a) Ativos financeiros relacionados à infraestrutura

O contrato de concessão de distribuição da Companhia se enquadra nos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e os ativos financeiros correspondentes referem-se aos investimentos na infraestrutura que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões. Esses ativos financeiros são mensurados ao valor justo conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig D e a Aneel.

Segue abaixo a mutação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	530.058
Transferências de ativos de contrato (Nota 12)	32.743
Baixas	(172)
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	20.025
Saldo em 30 de junho de 2021	582.654

b) Ativos e passivos setoriais - conta de compensação de variação de valores de itens da “parcela A” (CVA) e outros componentes financeiros

Os saldos da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA), da neutralidade dos encargos setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são remuneradas pela taxa Selic e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos setoriais, que nas informações contábeis intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados. Estão demonstrados a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL	30/06/2021			31/12/2020		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Ativo	2.099.388	1.342.517	3.441.905	83.984	1.561.906	1.645.890
Ativo circulante	2.099.388	215.934	2.315.322	83.984	834.093	918.077
Ativo não circulante	-	1.126.583	1.126.583	-	727.813	727.813
Passivo	(2.238.196)	(517.893)	(2.756.089)	(246.242)	(1.498.289)	(1.744.531)
Passivo circulante	(2.238.196)	(44.102)	(2.282.298)	(246.242)	(903.157)	(1.149.399)
Passivo não circulante	-	(473.791)	(473.791)	-	(595.132)	(595.132)
Total circulante líquido	(138.808)	171.832	33.024	(162.258)	(69.064)	(231.322)
Total não circulante líquido	-	652.792	652.792	-	132.681	132.681
Total líquido	(138.808)	824.624	685.816	(162.258)	63.617	(98.641)

COMPONENTES FINANCEIROS	30/06/2021			31/12/2020		
	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total	Valores homologados pela Aneel no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela Aneel nos próximos reajustes tarifários	Total
Itens da "Parcela A"						
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	55.034	(905)	54.129	879	-	879
Tarifa de uso das instalações de transmissão dos integrantes da rede básica	317.518	126.524	444.042	847	217.778	218.625
Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu	28.431	10.534	38.965	103	17.618	17.721
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia - PROINFA	26.282	-	26.282	(138)	5.857	5.719
Encargo de serviço do sistema - ESS e encargo de energia de reserva - EER	66.289	149.024	215.313	(1.465)	38.549	37.084
Energia elétrica comprada para revenda	838.890	201.304	1.040.194	4.078	448.720	452.798
Outros componentes financeiros						
Sobrecontratação de energia (1)	(148.644)	255.202	106.558	(55.828)	165.793	109.965
Neutralidade da parcela A	53.392	125.628	179.020	(2.706)	109.965	107.259
Devolução faturamento - Conta-Covid (2)	(816.970)	-	(816.970)	-	(504.476)	(504.476)
Outros itens financeiros	(506.101)	(31.703)	(537.804)	(86.248)	(394.367)	(480.615)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos	(52.929)	(10.984)	(63.913)	(21.780)	(41.820)	(63.600)
TOTAL	(138.808)	824.624	685.816	(162.258)	63.617	(98.641)

- (1) A Cemig Distribuição apresentou sobrecontratação nos anos de 2017 e 2018, sendo que o ganho decorrente da venda da sobra de energia no mercado de curto prazo foi provisoriamente repassado aos consumidores pela Aneel nos reajustes tarifários de 2018 e 2019, incluindo a parcela superior ao limite de 105% da carga regulatória, reduzindo, dessa forma, a tarifa definida. Por entender-se tratar de sobrecontratação voluntária, a Companhia considera que a parcela acima do limite regulatório será recuperada no reajuste tarifário subsequente, com base na regulação vigente à época. Em 27 de agosto de 2020 foi publicado o Despacho nº 2.508/2020-SRM-SGT/Aneel, que definiu os montantes de sobrecontratação dos agentes de distribuição referentes ao ano de 2016 e 2017, tendo como base novo critério de avaliação estabelecido na Nota Técnica nº 97/2020-SRM-SGT/Aneel, que não está previsto nas normas regulatórias vigentes. Desta forma, a Cemig Distribuição interpôs recurso junto à Diretoria da Aneel, para que passasse a refletir valores de sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição condizentes com os critérios de aferição de máximo esforço constantes da Resolução Normativa Aneel nº 453/2011. Importante ressaltar que semelhante recurso foi interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("Abradee"), suportado na opinião de assessores jurídicos contratados, o que reforça o entendimento da Companhia. A Companhia não possui expectativa de perdas em relação à realização desses valores e reconhece esse direito, no montante de R\$186.344 em 30 de junho de 2021, como outros componentes financeiros a serem homologados. Esse assunto encontra-se em discussão em âmbito recursal na Aneel, contudo, a decisão do Despacho SGT/SEM nº 2.508, de 2020, está vigente e foi considerada no último processo tarifário, no qual foi homologado parte do valor referente à sobrecontratação de 2017, no montante de R\$39.270.
- (2) Componente financeiro criado para devolução de valores faturados dos consumidores em função do recebimento destes via Conta-Covid, no exercício de 2020. Estes valores estão sendo devolvidos aos consumidores na tarifa calculada no processo tarifário de 2021, devidamente atualizados pela Selic, assegurada a neutralidade.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	(98.641)
Constituição líquida de ativos financeiros	612.231
Realização	180.420
Transferência de outros passivos (1)	(15.121)
Atualização Selic (Nota 24)	6.927
Saldo em 30 de junho de 2021	685.816

(1) Valores referentes à reversão para modicidade tarifária dos créditos que não puderam ser devolvidos aos consumidores no faturamento final, previstos no §6º do art. 88 da REN 414/2010, incluído pela REN 714/2016.

Reajuste Tarifário Anual

Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, para vigência no período de 28 de maio de 2021 a 27 de maio de 2022, com o efeito médio a ser percebido pelos consumidores de 1,28%, sendo 2,14%, em média, para consumidores conectados na Alta Tensão e de 0,89%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. Para os consumidores residenciais conectados na Baixa Tensão não houve reajuste das tarifas. Este resultado decorre de variação nos custos da parcela B, de 2,64%, e os repasses diretos dentro da tarifa, que reduziram em 1,37%, sendo estes últimos sem efeito econômico para a Companhia, não impactando a sua rentabilidade, referentes aos seguintes itens: (a) aumento de 8,84% dos custos não gerenciáveis (Parcela A), relacionados principalmente à compra de energia, encargos setoriais e custos de transmissão; e (b) redução de 8,80% referente aos componentes financeiros do processo atual, destacando-se a redução de R\$1.573.000 referentes aos créditos de PIS/Pasep e Cofins, que gerou uma variação negativa na tarifa de 9,67%, e da reversão da Conta-Covid (8,78%); bem como a (c) retirada de 1,41% referente aos componentes financeiros do processo anterior.

12. ATIVOS DE CONTRATO

Em conformidade ao IFRS 15/CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os ativos reconhecidos em contrapartida à receita de construção da infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de construção, incluindo os custos de empréstimos. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

A movimentação dos ativos de contrato encontra-se apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.141.599
Adições	706.125
Transferências para o ativo financeiro (Nota 11)	(32.743)
Transferências para o ativo intangível (Nota 13)	(353.369)
Reversão de perda por redução ao valor recuperável (1)	3.722
Saldo em 30 de junho de 2021	1.465.334

(1) Refere-se à reversão de provisões para perdas registradas em ativos em curso (obras canceladas).

Dentre as adições realizadas no primeiro semestre de 2021, no montante de R\$706.125, está contemplado R\$11.938 (R\$21.495 no período de janeiro a junho de 2020) a título de encargos financeiros, conforme apresentado na nota explicativa nº 17.

A Companhia não possui ativos de contrato com vida útil indefinida.

13. INTANGÍVEL

Encontra-se registrada no ativo intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão.

a) Composição do saldo

	30/06/2021			31/12/2020		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Ativos da concessão	22.212.242	(10.095.169)	12.117.073	21.815.858	(9.759.741)	12.056.117
(-) Obrigações especiais	(4.506.750)	1.521.274	(2.985.476)	(4.391.518)	1.438.572	(2.952.946)
Ativos da concessão líquidos	17.705.492	(8.573.895)	9.131.597	17.424.340	(8.321.169)	9.103.171
Intangível em curso	118.147	-	118.147	104.098	-	104.098
Total do intangível	17.823.639	(8.573.895)	9.249.744	17.528.438	(8.321.169)	9.207.269

b) Movimentação do ativo intangível

Saldo em 31 de dezembro de 2020	9.207.269
Adições	13.394
Outras transferências	56
Baixas	(12.615)
Transferência de ativos de contrato (Nota 12)	353.369
Amortização	(311.729)
Saldo em 30 de junho de 2021	9.249.744

Dentre as adições realizadas no primeiro semestre de 2021, no montante de R\$13.394, não houve movimentação a título de encargos financeiros (reversão de R\$111 no período de janeiro a junho de 2020).

14. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2)/ IFRS 16:

- Arrendamento de imóveis comerciais utilizados para atendimentos a consumidores;
- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

A Companhia optou por utilizar as isenções previstas na norma para arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) sem a opção de compra e para itens de baixo valor. Assim, esses arrendamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado, em outras despesas operacionais, pelo método linear, ao longo do prazo do arrendamento, e seus efeitos no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram imateriais.

As taxas de desconto foram obtidas com referência a taxa de empréstimo incremental da Companhia, baseada nas suas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras, e refletem o risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2021		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	145.456	20.888	166.344
Baixa (contratos encerrados)	(1.554)	-	(1.554)
Adição	5.288	-	5.288
Amortização (1)	(3.476)	(15.144)	(18.620)
Remensuração	(7.773)	1.481	(6.292)
Saldo em 30 de junho de 2021	137.941	7.225	145.166

(1) A amortização do direito de uso reconhecida no resultado está líquida do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, no montante de R\$220 no primeiro semestre de 2021 (R\$688 no período de janeiro a junho de 2020).

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	177.762
Adição	5.288
Baixas (contratos encerrados)	(1.414)
Juros incorridos (1)	10.207
Arrendamentos pagos	(26.725)
Juros sobre arrendamentos pagos	(833)
Remensuração	(6.292)
Saldo em 30 de junho de 2021	157.993
Passivo circulante	27.258
Passivo não circulante	130.735

- (1) As despesas financeiras reconhecidas no resultado estão líquidas do aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre pagamentos de alugueis, nos montantes de R\$655 no primeiro semestre de 2021 (R\$664 no período de janeiro a junho de 2020).

O direito potencial de recuperar PIS/Pasep e Cofins embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, é apresentado a seguir:

Fluxo de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	448.580	157.993
PIS/Pasep e Cofins potencial	39.785	12.970

A Companhia, na mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2).

Os fluxos de caixa dos contratos de arrendamento são, em sua maioria, atualizados pelo IPCA, anualmente. A análise de vencimentos de passivos de arrendamento é apresentada a seguir:

Vencimento das prestações	
2021	18.092
2022	19.688
2023	19.650
2024	19.614
2025	19.559
2026 a 2046	351.977
Valores não descontados	448.580
Juros embutidos	(290.587)
Passivo de arrendamentos	157.993

15. FORNECEDORES

	30/06/2021	31/12/2020
Energia de curto prazo - CCEE	365.565	408.932
Encargos de uso da rede elétrica (1)	206.961	198.108
Energia elétrica comprada para revenda	569.383	518.990
Itaipu binacional	317.873	325.277
Materiais e serviços	309.166	332.300
	1.768.948	1.783.607

- (1) Os encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações, são componentes da rede básica cujos valores são definidos por meio de Resolução da Aneel.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E VALORES A RESTITUIR A CONSUMIDORES

	30/06/2021	31/12/2020
Impostos, taxas e contribuições		
Circulante		
ICMS	122.219	79.595
Cofins	64.727	63.682
PIS/Pasep	13.933	13.719
INSS	18.644	19.660
ISSQN	8.652	10.150
Imposto de renda sobre Juros s/ capital próprio declarado	14.313	37.960
Outros	9.374	9.724
	251.862	234.490
Valores a serem restituídos a consumidores		
Circulante		
PIS/Pasep e Cofins	1.590.108	448.019
Não circulante		
PIS/Pasep e Cofins	2.038.718	3.569.837
	3.628.826	4.017.856

Os valores de PIS/Pasep e Cofins a restituir aos consumidores referentes aos créditos a serem aproveitados pela Cemig D em razão da inclusão do ICMS à base de cálculo destas contribuições representam o valor de R\$3.408.028, conforme nota explicativa nº 7a.

A Cemig D registrou um passivo correspondente aos créditos fiscais que deverão ser repassados aos consumidores compreendendo o período de 10 anos, ou seja, de junho de 2009 a maio de 2019, líquido de PIS/Pasep e Cofins incidente sobre a receita financeira auferida sobre a atualização dos créditos.

A Companhia iniciou a restituição dos valores aos consumidores, conforme abaixo:

- Em 18 de agosto de 2020, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2020 de um componente financeiro negativo de R\$714.339, que vigorou de 19 de agosto de 2020 até 27 de maio de 2021, correspondente a parte dos recursos levantados judicialmente em função do trânsito em julgado da Ação.
- Em 25 de maio de 2021, a Aneel homologou a incorporação no reajuste tarifário de 2021, a vigorar de 28 de maio de 2021 até 27 de maio de 2022, do componente financeiro negativo de R\$1.573.000, correspondente ao montante total dos créditos habilitados pela Receita Federal do Brasil. Para mais informações sobre o reajuste tarifário da Companhia, ver nota explicativa nº 11b.

Apesar do início da devolução dos valores aos consumidores, os critérios definitivos para a restituição dos créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores estão pendentes, aguardando a conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, quando da efetiva compensação dos créditos tributários.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/06/2021						31/12/2020
	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	-	-	-	11.725
Dívida em moeda estrangeira				-	-	-	11.725
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	2023	UFIR + 6 a 8,00%	R\$	3.336	3.994	7.330	9.058
Dívida em moeda nacional				3.336	3.994	7.330	9.058
Total de empréstimos e financiamentos				3.336	3.994	7.330	20.783
Debêntures - 3ª Emissão - 2ª Série (2)	2021	IPCA + 4,70%	R\$	-	-	-	587.956
Debêntures - 3ª Emissão - 3ª Série (2)	2025	IPCA + 5,10%	R\$	278.214	777.640	1.055.854	1.035.247
Debêntures - 7ª Emissão - 1ª série (2)	2024	CDI + 0,454%	R\$	543.106	1.080.000	1.623.106	1.891.927
Debêntures - 7ª Emissão - 2ª série (2)	2026	IPCA + 4,10%	R\$	2.910	1.657.402	1.660.312	1.587.924
(-) Deságio na emissão de debêntures (3)				-	(16.664)	(16.664)	(18.300)
(-) Custos de transação				(760)	(6.632)	(7.392)	(8.297)
Total de debêntures				823.470	3.491.746	4.315.216	5.076.457
Total geral				826.806	3.495.740	4.322.546	5.097.240

- (1) Em 18 de junho de 2021, a Companhia liquidou antecipadamente a dívida proveniente do Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida, no valor principal de US\$44.626, considerando as Garantias constituídas no valor de US\$42.843, por meio do pagamento de pecúnia, no valor aproximado de US\$1.783. O valor desembolsado total, considerando pecúnia, juros e comissões, corresponde a R\$10.075 na data do pagamento.
- (2) Debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativa e escritural e não há cláusulas de repactuação;
- (3) Deságio na 7ª emissão de debêntures totalmente alocado na 2ª série;

Há cláusulas de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	Total
Indexadores							
IPCA (1)	21.911	259.213	259.213	259.213	1.087.916	828.700	2.716.166
UFIR/RGR (2)	1.686	3.263	2.381	-	-	-	7.330
CDI (3)	273.106	540.000	540.000	270.000	-	-	1.623.106
Total por Indexadores	296.703	802.476	801.594	529.213	1.087.916	828.700	4.346.602
(-) Custos de transação	(329)	(760)	(760)	(431)	(2.607)	(2.505)	(7.392)
(-) Deságio	-	-	-	-	(8.332)	(8.332)	(16.664)
Total geral	296.374	801.716	800.834	528.782	1.076.977	817.863	4.322.546

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
- (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR), utilizada até sua extinção;
- (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição acumulada no 1º semestre de 2021 (%)	Varição acumulada no 1º semestre de 2020 (%)	Indexador	Varição acumulada no 1º semestre de 2021 (%)	Varição acumulada no 1º semestre de 2020 (%)
Dólar Norte-Americano	(3,74)	35,86	IPCA	3,77	0,10
			CDI	1,26	1,76

Moeda	Varição acumulada no período de abril a junho de 2021 (%)	Varição acumulada no período de abril a junho de 2020 (%)	Indexador	Varição acumulada no período de abril a junho de 2021 (%)	Varição acumulada no período de abril a junho de 2020 (%)
Dólar Norte-Americano	(12,20)	5,33	IPCA	1,68	(0,43)
			CDI	0,77	0,74

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.097.240
Varição monetária	121.169
Varição cambial	(629)
Encargos financeiros provisionados	92.040
Amortização do custo de transação	904
Encargos financeiros pagos	(141.502)
Amortização de principal	(851.980)
Reclassificação de empréstimos para Outros Credores (1)	5.304
Saldo em 30 de junho de 2021	4.322.546

(1) Financiamentos sob o título de aporte de recursos reembolsáveis para execução de obras das empresas: CMM (IGPDI + 6%); Mineradora Serra da Fortaleza (IGPDI + 6%). O saldo desses aportes foi reclassificado para Outros Credores (Clientes) em 2020.

Encargos financeiros capitalizados

A Companhia incorporou aos custos de construção da infraestrutura da concessão os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	92.040	121.673
Encargos financeiros incorporados aos custos de construção da infraestrutura da concessão - ativos de contrato e intangível (1) (Notas 12 e 13)	(11.938)	(21.384)
Efeito líquido no resultado	80.102	100.289

(1) A taxa média de capitalização foi de 8,01% a.a. em 30 de junho de 2021 (4,42% a.a. em 30 de junho de 2020).

Os valores dos encargos capitalizados não foram considerados nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

Garantias

Em 30 de junho de 2021, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

Aval e fiança	3.259.770
Recebíveis	1.055.446
Ações	6.877
Sem garantia	453
TOTAL	4.322.546

Cláusulas contratuais restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contrato com cláusulas restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido Cemig D	Índice requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
7ª emissão de Debêntures	Dívida líquida / Ebitda ajustado (1)	Manter índice igual ou inferior a 3,5	Manter índice igual ou inferior a 3,0	Semestral e anual

- (1) O Ebitda ajustado corresponde ao lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre o lucro líquido, de preciação e amortização, calculado conforme a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, do qual é subtraído o resultado não operacional, quaisquer créditos e ganhos não monetários que aumentem o lucro líquido, na medida em que não sejam recorrentes, e quaisquer pagamentos em dinheiro efetuados em bases consolidadas durante esse período, referentes a encargos não monetários que foram adicionados novamente na determinação do Ebitda em qualquer período anterior, e acrescido de despesas não monetárias e encargos não monetários, na medida em que não sejam recorrentes.

Em 30 de junho de 2021, a Companhia encontra-se em conformidade com as cláusulas restritivas.

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2021	31/12/2020
Passivo		
Programa de eficiência energética - PEE	206.995	264.952
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	75.114	86.402
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.882	2.639
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	6.047	5.562
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	46.557	-
CDE sobre P&D	16.330	-
CDE sobre PEE	65.683	-
Reserva global de reversão - RGR	24.545	24.545
Encargos de capacidade emergencial	26.325	26.325
Taxa de fiscalização da Aneel	1.809	1.683
Encargos consumidor - bandeiras tarifárias	96.843	89.825
	569.130	501.933
Passivo circulante	416.937	267.696
Passivo não circulante	152.193	234.237

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de pensão e suplementação de aposentados	Plano de saúde	Plano odontológico	Seguro de vida	Total
Passivo líquido em 31 de dezembro de 2020	1.790.300	2.400.299	45.751	410.231	4.646.581
Despesa reconhecida no resultado	61.625	91.174	1.798	15.823	170.420
Contribuições pagas	(81.931)	(57.239)	(1.052)	(3.619)	(143.841)
Passivo líquido em 30 de junho de 2021	1.769.994	2.434.234	46.497	422.435	4.673.160
				30/06/2021	31/12/2020
Passivo circulante				228.042	213.283
Passivo não circulante				4.445.118	4.433.298

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Companhia, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$145.680 (R\$151.763 em 30 de junho de 2020), mais os encargos e variação monetária da dívida pactuada com a Forluz, no montante de R\$24.740 (R\$15.757 em 30 de junho de 2020).

Dívida pactuada com o fundo de pensão - Forluz

Em 30 de junho de 2021, a Companhia possui registrada obrigação a pagar, referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão, no montante de R\$311.355 (R\$342.369 em 31 de dezembro de 2020). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar, e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Equacionamento do déficit do plano A da Forluz

A Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram Instrumentos de Assunção de Dívida para Cobertura do Déficit do Plano A relativos aos anos de 2015, 2016 e 2017. Em 30 de junho de 2021, o montante total a ser pago pela Cemig D em decorrência desses déficits é de R\$391.284 (R\$391.333 em 31 de dezembro de 2020). A celebração dos contratos ocorreu em maio de 2017, março de 2018 e abril de 2019 para os déficits de 2015, 2016 e 2017, respectivamente. As amortizações mensais são calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e serão pagas até 2031 para os déficits de 2015 e 2016, no montante de R\$261.419, e até 2033 para o déficit de 2017, no montante de R\$129.865. Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral dos contratos, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e os contratos serão extintos.

Em dezembro de 2020, em conformidade com a legislação específica, a Forluz encaminhou à Cemig proposta de celebração de um novo Instrumento Particular de Assunção de Dívida entre a Forluz e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, conforme plano de equacionamento para cobertura de déficit do Plano A da Forluz verificado em 2019. O montante total a ser pago pela Companhia em decorrência do déficit apurado no Plano A, sem considerar a paridade contributiva, é de R\$116.228, através de 166 parcelas mensais, incidindo juros remuneratórios sobre o saldo devedor de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficaria dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato seria extinto.

A Companhia, reconhecendo a obrigação legal quanto ao déficit do Plano A, correspondente a 50% do valor mínimo, respeitando a regra de paridade contributiva, realizou os pagamentos em consignação das parcelas de abril, maio e junho de 2021, no montante de R\$1.604, que ficaram à disposição da Forluz para serem resgatadas em conta em banco oficial. Devido à recusa do recebimento deste montante pela Forluz, a Companhia propôs, em 26 de maio de 2021, Ação de Consignação de Pagamento, que encontra-se em fase inicial, de postulação.

A Forluz, em decorrência da não celebração do Instrumento Particular de Assunção de Dívida para cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano A verificado em 2019, bem como da recusa dos pagamentos em consignação realizados pela Companhia, entrou, em 27 de abril de 2021, com ação judicial contra as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D, requerendo que seja julgado procedente o pedido para assegurar o cumprimento da contratação da dívida para a cobertura do valor mínimo proposto no plano de equacionamento do déficit do Plano A, no montante de R\$116.228, referente ao exercício de 2019. A probabilidade de perda foi avaliada como possível, em decorrência da ação ainda estar em fase de conhecimento, não havendo decisões de mérito.

20. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que figura no polo passivo

A Companhia constituiu provisões para as ações judiciais cuja expectativa de perda é considerada provável e seu valor pode ser estimado, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	31/12/2020	Adições	Reversões	Liquidações	30/06/2021
Trabalhistas	337.064	28.142	(9.038)	(28.142)	328.026
Cíveis					
Relações de consumo	21.540	12.677	-	(10.371)	23.846
Outras ações cíveis	29.117	9.788	-	(4.526)	34.379
	50.657	22.465	-	(14.897)	58.225
Tributárias	815.454	51.864	(78.361)	(34)	788.923
Regulatórias	29.627	2.093	(2.438)	(701)	28.581
Outras	13.960	3.757	(2.060)	(3.365)	12.292
Total	1.246.762	108.321	(91.897)	(47.139)	1.216.047

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$1.273.432 (R\$1.163.625 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$328.026 foram provisionados (R\$337.064 em 31 de dezembro de 2020), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou parcialmente procedente duas ações declaratórias de constitucionalidade e definiu que a correção aplicada aos débitos trabalhistas deve observar a incidência do IPCA-E na fase pré-judicial e, a partir da citação, a aplicação da taxa Selic, afastando a aplicabilidade da taxa referencial (TR) aos débitos trabalhistas em geral. Os efeitos desta decisão foram modulados da seguinte forma:

- ✓ Os pagamentos realizados, em tempo e modo oportunos, mediante aplicação da TR, do IPCA-E ou de qualquer outro índice, deverão ser mantidos válidos e não ensejarão qualquer rediscussão;
- ✓ Os processos em curso, que estejam sobrestados na fase de conhecimento, devem ter aplicação da taxa Selic de forma retroativa, sob pena de alegação futura de inexigibilidade de título judicial fundado em interpretação contrária ao posicionamento do STF; e,
- ✓ Aplicação automática do entendimento às ações transitadas em julgado, desde que não haja qualquer manifestação expressa quanto aos índices de correção monetária e taxa de juros, inclusive em caso de omissão expressa ou simples consideração de seguir os critérios legais.

Relações de consumo

A Companhia é parte em diversas ações cíveis relativas às indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$130.191 (R\$117.229 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$23.846 (R\$21.540 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras ações cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$327.781 (R\$277.595 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$34.379 (R\$29.117 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

Contribuições Previdenciárias - Participação nos Lucros e Resultados

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos e judiciais contra a Companhia, relativos às contribuições previdenciárias sobre o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) a seus empregados entre os anos de 1999 e 2016, alegando que a Companhia não atendeu aos requisitos da Lei nº 10.101/2000 por não estabelecer previamente regras claras e objetivas para a distribuição desses valores. Em agosto de 2019, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região publicou decisão desfavorável à Companhia sobre o tema. Em decorrência, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, reavaliou a probabilidade de perda de possível para provável para determinadas parcelas pagas a título de PLR, mantendo a classificação da probabilidade de perda como possível para as demais parcelas por acreditar ter argumentos de mérito para defesa.

O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$874.909 (R\$990.654 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$781.672 (R\$808.447 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A variação relevante ocorrida no montante das contingências decorre, dentre outros fatores, de decisão favorável obtida pela Companhia em um dos processos administrativos referentes à PLR das competências de janeiro a outubro de 2010, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal.

Demais ações tributárias

A Companhia é parte em outros processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS-Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$112.340 (R\$109.540 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$7.251 (R\$7.007 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica e a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$264.859 (R\$256.803 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$28.581 (R\$29.627 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros processos no curso normal dos negócios

Projeto Luz para Todos

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos. O montante estimado é de R\$385.098 (R\$356.236 em 31 de dezembro de 2020) dos quais R\$743 (R\$687 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, incluindo causas ambientais, remoção de moradores de áreas de risco e indenizações por rescisões contratuais, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$470.104 (R\$428.111 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$11.549 (R\$13.273 em 31 de dezembro de 2020) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e demais contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de imposto de renda e contribuição previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$205.576 (R\$204.739 em 31 de dezembro de 2020), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios, na rubrica “Trabalhistas”. O valor da contingência, atualizado, é de R\$212.548 (R\$211.026 em 31 de dezembro de 2020) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, adicional aposentadoria especial pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$98.988 (R\$91.233 em 31 de dezembro de 2020). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa aos temas questionados.

Não homologação da compensação de créditos tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais - DARF's e/ou Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O montante da contingência é de R\$86.735 (R\$85.944 em 31 de dezembro de 2020) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$294.848 (R\$284.856 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A Companhia impetrou Mandado de Segurança, com pedido liminar, requerendo o direito de deduzir, da base de cálculo para apuração de IRPJ e CSLL, as despesas realizadas com o pagamento dos Juros sobre Capital Próprio (“JCP”) no 4º trimestre de 2020, porém, calculados com base em períodos anteriores aos efetivos pagamentos, notadamente no 1º e 2º trimestres de 2020, bem como, afastar a exigência de supostos créditos tributários de IRPJ e CSLL relativos ao montante que deixou de ser recolhido, em decorrência da dedução da referida despesa financeira, com aplicação de multas. O montante das contingências é de, aproximadamente, R\$58.565 em 30 de junho de 2021, e a probabilidade de perda foi avaliada como possível, fundamentada na análise do atual entendimento dos tribunais brasileiros relativo à questão.

Questões regulatórias

Contribuição para iluminação pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da Aneel nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada em R\$39.318 (R\$35.973 em 31 de dezembro de 2020).

Majoração tarifária

Exclusão de consumidores inscritos como baixa renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a Aneel, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da subclasse tarifa residencial de baixa renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido, em primeira instância, foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a Aneel interuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$381.052 (R\$356.907 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Outros passivos contingentes

Desequilíbrio contratual

A Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$181.239 (R\$167.168 em 31 de dezembro de 2020) e nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que a Companhia classificou a probabilidade de perda como possível.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$5.371.998, representado por 2.359.113.452 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig.

O Capital Social da Companhia poderá ser aumentado até o limite de 10% do capital social, fixado no Estatuto Social, independentemente de reforma estatutária e mediante deliberação do Conselho de Administração, devendo ser previamente ouvido o Conselho Fiscal.

b) Lucro por ação

O lucro por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do período	739.793	479.390
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,31	0,20

	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Número médio ponderado de ações	2.359.113.452	2.359.113.452
Lucro líquido do período	347.641	282.801
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	0,15	0,12

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o resultado diluído por ação ordinária é igual ao resultado básico.

c) Remuneração dos acionistas

Conforme previsto no seu Estatuto Social, a Companhia poderá, a critério da Administração, declarar dividendos intermediários, a título de juros sobre o capital próprio, à conta de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário das ações preferenciais, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

Em 23 de março e em 29 de junho de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia deliberou pela declaração de Juros sobre o Capital Próprio – JCP nos montantes de R\$86.667 e R\$95.419, a serem imputados ao dividendo mínimo obrigatório de 2021, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, nos termos da legislação em vigor.

22. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	10.122.765	9.286.600
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização *	430.911	-
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	1.669.221	1.410.801
Constituição de CVA e outros componentes financeiros (c)	792.651	81.652
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	719.519	581.744
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	20.025	(955)
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(44.904)	(29.117)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (f)	-	104.814
Outras receitas operacionais (g)	850.453	812.854
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (h)	(5.097.628)	(4.692.662)
	9.463.013	7.555.731

	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	5.047.877	4.391.540
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização *	252.538	-
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	826.666	680.582
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros (c)	453.744	136.254
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	398.218	333.337
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	9.119	(1.679)
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(14.335)	(11.918)
Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (f)	-	41.514
Outras receitas operacionais (g)	405.503	435.623
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (h)	(2.578.292)	(2.226.901)
	4.801.038	3.778.352

(*) Maiores informações na nota explicativa nº 7a.

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Residencial	5.641.592	5.442.910	5.280.573	4.866.635
Industrial	855.836	879.316	624.928	615.285
Comércio, serviços e outros	2.102.567	2.312.782	2.149.621	2.099.432
Rural	1.899.390	1.663.627	1.158.436	982.503
Poder público	358.362	386.015	265.367	279.249
Iluminação pública	670.035	664.656	361.053	295.455
Serviço público	699.867	675.124	391.974	356.523
Subtotal	12.227.649	12.024.430	10.231.952	9.495.082
Consumo próprio	16.832	17.376	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	913	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(110.100)	(208.482)
Total	12.244.481	12.041.806	10.122.765	9.286.600

	MWh (*)		R\$	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Residencial	2.766.585	2.657.910	2.620.987	2.307.579
Industrial	425.533	406.876	309.802	287.200
Comércio, serviços e outros	996.054	989.135	1.042.491	903.816
Rural	1.061.983	892.061	625.485	510.628
Poder público	171.645	169.009	128.263	121.381
Iluminação pública	314.679	325.162	149.098	142.679
Serviço público	352.752	339.650	197.094	177.860
Subtotal	6.089.231	5.779.803	5.073.220	4.451.143
Consumo próprio	8.272	7.970	-	-
Suprimento a outras Concessionárias	-	-	-	-
Fornecimento não faturado líquido	-	-	(25.343)	(59.603)
Total	6.097.503	5.787.773	5.047.877	4.391.540

(*) Valores em MWh não revisados pelos auditores independentes.

b) Receita de uso da rede - consumidores livres

Parcela representativa dos grandes consumidores industriais na área de concessão da Companhia está na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, principalmente, por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de uso da rede”.

O total de energia transportada, em MWh, por classe de consumidores, está apresentado na tabela abaixo:

	MWh (*)	
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Industrial	10.101.082	8.750.291
Comercial	722.967	608.096
Rural	20.347	14.274
Serviço Público	1.551	-
Concessionárias	124.337	144.465
Total de energia transportada	10.970.284	9.517.126

	MWh (*)	
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Industrial	5.118.220	4.230.152
Comercial	356.817	254.096
Rural	10.560	7.045
Serviço Público	900	-
Concessionárias	52.220	72.652
Total de energia transportada	5.538.717	4.563.945

(*) Valores em MWh não revisados pelos auditores independentes.

c) Conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros

O resultado decorrente das variações da conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros refere-se às variações positivas ou negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. Os montantes reconhecidos decorrem das constituições e realizações no período corrente, homologadas ou a serem homologadas nos processos de reajuste tarifário, conforme descrito na nota explicativa nº 11b.

d) Receita de construção de infraestrutura de distribuição

Corresponde à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura da concessão cujo reconhecimento está diretamente relacionado aos gastos incorridos com as adições aos ativos da infraestrutura. Considerando que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia registra a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

e) Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão

Receita decorrente da variação do valor justo da base de remuneração de ativos.

f) Transações no Mecanismo de Venda de Excedentes

As receitas com transações no Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) são referentes a comercialização pela distribuidora de excedentes de energia. O MVE é um instrumento regulamentado pela Aneel que permite a comercialização do excedente de contratação de energia elétrica pelas distribuidoras, ou seja, a quantidade de energia que extrapolar aquela necessária para o atendimento dos consumidores cativos.

g) Outras receitas operacionais

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Serviço taxado	7.932	5.221
Outras prestações de serviços	9.380	6.910
Subvenções Baixa Renda	131.929	160.042
Outras subvenções (1)	540.481	560.739
Aluguel e arrendamento	97.553	80.036
Transações na CCEE	48.806	-
Outras	14.372	(94)
	850.453	812.854

	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Serviço taxado	3.950	1.466
Outras prestações de serviços	4.101	3.555
Subvenções Baixa Renda	66.683	115.860
Outras subvenções (1)	274.160	274.346
Aluguel e arrendamento	50.796	40.596
Transações na CCEE	(8.391)	-
Outras	14.204	(200)
	405.503	435.623

- (1) Compreende a receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, de acordo com o decreto nº 7.891/2013, no montante de R\$494.424 no período de janeiro a junho de 2021 e R\$246.577 no 2º trimestre de 2021 (R\$545.778 no período de janeiro a junho de 2020 e R\$264.760 no 2º trimestre de 2020), que inclui subsídios de carga fonte incentivada, rural, irrigantes noturnos, geração de fonte incentivada e serviço público; e a receita de bandeiras tarifárias, no montante de R\$46.057 no período de janeiro a junho de 2021 e R\$27.583 no 2º trimestre de 2021 (R\$14.961 no período de janeiro a junho de 2020 e R\$9.586 no 2º trimestre de 2020), reconhecida em decorrência da posição credora adquirida pela Companhia na CCRBT.

h) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Impostos sobre a receita		
ICMS	2.776.888	2.620.234
PIS/Pasep	179.406	148.337
Cofins	826.357	683.252
ISSQN	458	330
	3.783.109	3.452.153
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	29.967	33.443
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.202.846	1.104.278
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	10.268	13.377
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	18.861	13.377
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	9.431	6.689
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	7.017	59.656
CDE sobre P&D	8.593	-
CDE sobre PEE	17.186	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	10.350	9.689
	1.314.519	1.240.509
	5.097.628	4.692.662

	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Impostos sobre a receita		
ICMS	1.375.134	1.230.199
PIS/Pasep	90.936	72.495
Cofins	418.857	333.916
ISSQN	198	158
	1.885.125	1.636.768
Encargos do consumidor		
Programa de eficiência energética - PEE	4.545	16.538
Conta de desenvolvimento energético - CDE	589.367	552.139
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	99	6.615
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	8.692	6.615
Pesquisa expansão sistema energético - EPE	4.347	3.308
Encargos consumidor bandeiras tarifárias	55.037	73
CDE sobre P&D	8.593	-
CDE sobre PEE	17.186	-
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	5.301	4.845
	693.167	590.133
	2.578.292	2.226.901

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Pessoal (a)	454.674	451.411
Participação de empregados e administradores no resultado	36.043	19.211
Obrigações pós-emprego	145.680	151.763
Materiais	32.271	27.904
Serviços de terceiros (b)	594.347	506.300
Energia elétrica comprada para revenda (c)	4.523.541	3.822.279
Amortização (Nota 13b)	311.729	304.837
Amortização direito de uso - arrendamento (nota 14)	18.400	24.296
Provisões operacionais (d)	41.813	250.678
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema	1.485.726	638.051
Custo de construção da infraestrutura de distribuição (e)	719.519	581.744
Outras despesas operacionais líquidas (f)	93.513	80.978
	8.457.256	6.859.452

	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Pessoal (a)	242.165	235.732
Participação de empregados e administradores no resultado	15.946	2.810
Obrigações pós-emprego	73.783	80.561
Materiais	16.750	12.727
Serviços de terceiros (b)	294.492	254.119
Energia elétrica comprada para revenda (c)	2.375.202	1.903.100
Amortização	156.675	153.903
Amortização direito de uso - arrendamento	9.197	12.148
Provisões operacionais (d)	23.701	124.930
Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema	720.452	265.470
Custo de construção da infraestrutura de distribuição (e)	398.218	333.337
Outras despesas operacionais líquidas (f)	49.746	34.870
	4.376.327	3.413.707

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2021

Em maio de 2021, a Companhia aprovou o programa de desligamento voluntário programado (PDVP 2021), com período de adesão de 10 a 31 de maio de 2021, sendo elegíveis todos os empregados da Cemig, Cemig D e Cemig GT, salvo as exceções previstas no Programa. O programa prevê o pagamento das verbas rescisórias legais na modalidade de desligamento “A pedido” e de um prêmio adicional, a título de indenização, equivalente a um percentual fixo, a depender do tempo de serviço na Cemig, sobre a sua remuneração, para cada ano de trabalho, nos termos do Programa, e, para aqueles empregados com mais de 36 anos de serviço na Cemig, o valor fixo de 10,5 remunerações.

O montante apropriado como despesa relativa ao PDVP foi de R\$29.069, correspondendo à adesão de 271 empregados.

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP) – 2020

O saldo de 30 de junho de 2020 inclui o montante de R\$45.584, apropriado como despesa relativa ao PDVP 2020, incluindo as verbas rescisórias, correspondente à adesão de 329 empregados.

b) Serviços de terceiros

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Leitura de medidores e entrega de contas	63.192	65.168
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	213.091	211.740
Comunicação	75.783	41.685
Conservação e limpeza de prédios	21.965	29.625
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	45.969	32.161
Corte e religação	36.094	15.278
Podas de árvores	23.063	24.336
Serviços advocatícios e custas processuais	8.785	8.419
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	4.118	2.304
Serviços de tecnologia da informação	37.626	17.198
Mão de obra contratada	2.747	3.380
Hospedagem e alimentação	4.088	3.488
Vigilância	3.866	5.224
Manutenção e conservação de veículos	919	1.093
Reprografia e publicações legais	6.567	8.561
Consultoria	8.190	3.402
Inspeção de unidades consumidoras	13.816	12.618
Serviços logísticos	4.646	4.678
Outros	19.822	15.942
	594.347	506.300

	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Leitura de medidores e entrega de contas	32.018	33.118
Manutenção e conservação de instalações e equipamentos elétricos	96.690	104.012
Comunicação	36.163	11.173
Conservação e limpeza de prédios	11.064	20.103
Conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros	22.803	17.940
Corte e religação	20.087	4.049
Podas de árvores	12.258	15.308
Serviços advocatícios e custas processuais	5.435	4.932
Manutenção e conservação de móveis e utensílios	2.116	1.286
Serviços de tecnologia da informação	17.274	8.183
Mão de obra contratada	1.625	1.827
Hospedagem e alimentação	2.014	1.224
Vigilância	2.683	2.588
Manutenção e conservação de veículos	465	526
Reprografia e publicações legais	4.351	4.276
Consultoria	5.616	2.443
Inspeção de unidades consumidoras	8.214	8.829
Serviços logísticos	2.619	3.698
Outros	10.997	8.604
	294.492	254.119

c) Energia elétrica comprada para revenda

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Energia de Itaipu binacional	967.628	952.413
Contratos por cotas de garantia física	422.310	400.204
Cotas das usinas de Angra I e II	122.289	151.484
Energia de curto prazo - CCEE	297.583	417.023
Contratos bilaterais	195.094	163.392
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	2.177.452	1.584.890
PROINFA	191.000	155.866
Geração distribuída	528.781	327.796
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(378.596)	(330.789)
	4.523.541	3.822.279

	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Energia de Itaipu binacional	480.103	524.601
Contratos por cotas de garantia física	209.823	199.970
Cotas das usinas de Angra I e II	61.145	75.742
Energia de curto prazo - CCEE	297.583	195.334
Contratos bilaterais	110.107	84.216
Energia adquirida em leilão em ambiente regulado	1.046.928	757.419
PROINFA	95.500	77.933
Geração distribuída	273.757	154.314
Créditos de PIS/Pasep e Cofins	(199.744)	(166.429)
	2.375.202	1.903.100

d) Provisões (reversões) operacionais

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 6) (1)	36.389	198.649
Perda estimada (reversão) para outros créditos a receber (2)	(11.000)	-
Provisão (reversão) para contingências (Nota 20)		
Trabalhistas	19.104	16.057
Cíveis	22.465	20.681
Tributárias	(26.497)	13.224
Regulatórias	(345)	(223)
Outras	1.697	2.290
	16.424	52.029
	41.813	250.678

	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Perdas estimadas (reversão) com créditos de liquidação duvidosa (Nota 6) (1)	(7.789)	102.504
Provisão para contingências (Nota 20)		
Trabalhistas	10.846	9.577
Cíveis	12.798	5.142
Tributárias	6.441	5.793
Regulatórias	781	266
Outras	624	1.648
	31.490	22.426
	23.701	124.930

- (1) A perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada na demonstração do resultado como despesas com vendas.
 (2) Estes valores estão apresentados, na demonstração de resultado, como outras despesas operacionais.

e) Custo de construção da infraestrutura de distribuição

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Pessoal	30.642	37.179
Materiais	377.889	285.649
Serviços de terceiros	283.596	220.878
Encargos financeiros	11.938	21.384
Arrendamentos e aluguéis	1.305	5
Impostos e taxas	2.247	650
Outros	11.902	15.999
	719.519	581.744

	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Pessoal	17.398	21.459
Materiais	210.543	161.267
Serviços de terceiros	157.156	134.325
Encargos financeiros	5.826	5.137
Arrendamentos e aluguéis	806	2
Impostos e taxas	936	338
Outros	5.553	10.809
	398.218	333.337

f) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Arrendamentos e aluguéis (1)	863	2.720
Propaganda e publicidade	2.248	2.231
Consumo próprio de energia elétrica	11.387	10.750
Subvenções e doações	4.780	3.205
Anuidade CCEE	1.649	1.603
Forluz - custeio administrativo	11.367	10.840
Agentes arrecadadores	42.892	42.393
Impostos e taxas	4.105	-
Outras despesas	14.222	7.236
	93.513	80.978

	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
Arrendamentos e aluguéis (recuperação de despesas) (1)	(161)	1.939
Propaganda e publicidade	2.133	1.259
Consumo próprio de energia elétrica	11.387	10.750
Subvenções e doações	3.773	1.645
Anuidade CCEE	825	802
Forluz - custeio administrativo	5.855	5.514
Agentes arrecadadores	21.974	20.395
Impostos e taxas (recuperação de despesas)	1.153	(3.835)
Outras despesas (receitas)	2.807	(3.599)
	49.746	34.870

- (1) A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos seus custos totais. Sendo assim, nessa linha, permanecem os arrendamentos e aluguéis que não se enquadram nos requisitos de reconhecimento da IFRS 16/CPC 06.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	32.869	18.212
Acréscimos moratórios de contas de energia	234.659	171.983
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (Nota 17)	629	5.586
Variações cambiais de Itaipu	7.291	-
Variações monetárias	2.000	1.882
Variação monetária depósitos judiciais	4.879	13.457
Variação monetária - CVA (Nota 11)	6.927	25.688
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(14.719)	(13.826)
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (1)	-	15.741
Outras	18.316	12.958
	292.851	251.681
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(80.102)	(100.289)
Amortização do custo de transação (Nota 17)	(904)	(1.014)
Encargos de variação monetária - Forluz	(24.740)	(15.757)
Variações cambiais de Itaipu	-	(66.466)
Variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 17)	(121.169)	(21.711)
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (1)	(13.336)	-
Variação monetária de P&D e PEE	(2.636)	(5.222)
Variação monetária de arrendamentos (Nota 14)	(9.552)	(10.617)
Outras variações monetárias	(10.432)	(1.317)
Outras	(19.522)	(4.633)
	(282.393)	(227.026)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	10.458	24.655

	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	19.441	10.567
Acréscimos moratórios de contas de energia	121.235	81.957
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos	1.510	10.122
Variações cambiais de Itaipu	24.254	-
Variações monetárias	1.332	841
Variação monetária depósitos judiciais	3.326	4.305
Variação monetária - financiamentos e debêntures	-	28.681
Variação monetária - CVA	8.468	14.045
PIS/Pasep e Cofins incidentes sobre receitas financeiras	(8.409)	(6.659)
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins (1)	-	7.105
Outras	14.180	5.910
	185.337	156.874
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(38.953)	(50.682)
Amortização do custo de transação	(436)	(507)
Encargos de variação monetária - Forluz	(11.427)	(3.199)
Variações cambiais de Itaipu	-	(32.457)
Variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures	(50.587)	-
Atualização PIS/Pasep e Cofins a restituir (1)	(4.767)	-
Variação monetária de P&D e PEE	(1.331)	(2.270)
Variação monetária de arrendamentos	(4.590)	(5.213)
Outras variações monetárias	(7.224)	(620)
Outras	(16.109)	(2.855)
	(135.424)	(97.803)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	49.913	59.071

(1) A atualização dos créditos tributários referentes a PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS e do passivo a restituir aos consumidores é apresentada pelo valor líquido.

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e revendedores (1)	300.785	334.824	-	-	45.711	70.851	-	-
Cemig								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (2)	-	-	14.959	10.072	-	-	(20.102)	(12.208)
Operações com energia elétrica (3)	72	73	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos	-	-	221.463	309.434	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Geração e Transmissão								
Circulante								
Convênio de compartilhamento (2)	-	-	558	1.707	-	-	(1.845)	(791)
Operações com energia elétrica (3)	1.229	1.245	29.409	29.421	13.318	13.357	(160.564)	(139.475)
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	9.528	8.037	22.902	19.606	(50.351)	(42.851)
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	23.256	22.668	-	-	(102.255)	(98.440)
Norte Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	25.824	25.154	-	-	(113.067)	(108.885)
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	946	922	-	-	(4.351)	(4.172)
TAESA								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	7.132	7.188	-	-	(49.958)	(39.085)
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviço (4)	-	-	-	3.722	-	-	-	-
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com energia elétrica (3)	-	-	599	144	2.912	2.519	(3.062)	(2.103)
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	441.725	107.284	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.171.697	2.100.746	-	-	23.853	5.366	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	290.701	472.371	-	-	-	-	-	-
Forluz								
Circulante								
Obrigações pós-emprego (5)	-	-	122.673	114.956	-	-	(61.625)	(63.835)

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Contribuições para suplementação de aposentadoria - plano de contribuição definitiva (6)	-	-	-	-	-	-	(25.857)	(25.105)
Custeio administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(11.367)	(10.840)
Arrendamento operacional (8)	117.212	127.659	15.670	16.644	-	-	(1.813)	(15.175)
Não circulante								
Obrigações pós-emprego (5)	-	-	1.647.321	1.675.343	-	-	-	-
Arrendamento operacional (8)	-	-	112.128	119.512	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de saúde e odontológico (9)	-	-	115.106	104.556	-	-	(92.972)	(87.188)
Não circulante								
Plano de saúde e odontológico (9)	-	-	2.365.625	2.341.494	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais considerando que o preço da energia é aquele definido pela Aneel por meio de resolução sobre o reajuste tarifário anual da Companhia. Em 2017, O Governo do Estado de Minas Gerais firmou um Termo de acordo de reconhecimento de dívida - TARD junto à Cemig D para pagamento de débitos relativos a fornecimento de energia que se encontravam em aberto no montante de R\$113.032, a serem liquidados até novembro de 2019. Esses recebíveis possuem como garantia a retenção dos dividendos ou juros sobre capital próprio distribuíveis ao Estado, na proporção de sua participação indireta, enquanto perdurar a mora e/ou inadimplência. A Cemig D obteve autorização, em 31 de março de 2021, junto à Secretaria do Estado da Fazenda de Minas Gerais para compensar parte do ICMS a recolher com a dívida que o Governo do Estado de Minas Gerais possui com a Companhia nos termos da Lei Estadual 23.705/2020. O valor mensal a compensar será de, aproximadamente, R\$10,5 milhões, em 21 parcelas iguais. Até 30 de junho de 2021, três parcelas foram compensadas;
- (2) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (3) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado, organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, as operações são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço com desenvolvimento de software de gestão entre Cemig D e a empresa Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., instituído no despacho da Aneel 2.657/2017;
- (5) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide nota explicativa nº 19);
- (6) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (8) Aluguel da sede administrativa da Companhia com vigência até agosto de 2024 (Edifício Júlio Soares, podendo ser prorrogado a cada 5 anos, até 2034), reajustado anualmente pelo IPCA, tendo seus preços revisados a cada 60 meses. Em 27 de abril de 2021, foi firmado aditivo do contrato junto à Forluz, em função da transferência das instalações das investidas Cemig SIM e Gasmig para o Edifício Júlio Soares, com a consequente redução do custo com aluguel para a Companhia;
- (9) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide nota explicativa nº 19).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig D aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, sendo 33,40% em 30 de junho de 2021.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020 são demonstrados na tabela abaixo:

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Remuneração	4.542	3.877
Participação nos resultados	492	990
Previdência privada	534	240
Planos de saúde e odontológico	41	34
Total (1)	5.609	5.141

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	30/06/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	2	377.846	377.846	754.013	754.013
Consumidores, revendedores e concessionários - transporte de energia (Nota 6)	2	3.092.587	3.092.587	3.066.450	3.066.450
Consumidores - contas a receber do Estado de Minas Gerais (Nota 6)	2	300.785	300.785	334.824	334.824
Fundos vinculados	2	13.635	13.635	9.808	9.808
Ativos financeiros da concessão - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	824.624	824.624	132.681	132.681
Reembolso de subsídios tarifários	2	81.981	81.981	82.616	82.616
Subvenção baixa renda	2	42.730	42.730	43.072	43.072
Depósitos vinculados a litígios	2	578.075	578.075	527.628	527.628
		5.312.263	5.312.263	4.951.092	4.951.092
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	2	537.733	537.733	581.287	581.287
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de depósitos bancários	2	43.810	43.810	341.413	341.413
Letras financeiras do Tesouro (LFTs)	1	466.901	466.901	457.503	457.503
Letras financeiras - bancos	2	578.888	578.888	1.023.561	1.023.561
		1.089.599	1.089.599	1.822.477	1.822.477
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura de distribuição	3	582.654	582.654	530.058	530.058
		2.209.986	2.209.986	2.933.822	2.933.822
		7.522.249	7.522.249	7.884.914	7.884.914
Passivos financeiros					
Custo amortizado (1)					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2	(4.322.546)	(4.322.546)	(5.097.240)	(5.097.240)
Dívida pactuada com Fundo de Pensão (Forluz)	2	(311.355)	(311.355)	(342.369)	(342.369)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	2	(391.284)	(391.284)	(391.333)	(391.333)
Passivos financeiros setoriais - conta de compensação de variação de custos da parcela A (CVA) e de outros componentes financeiros	3	(138.808)	(138.808)	(231.322)	(231.322)
Fornecedores	2	(1.768.948)	(1.768.948)	(1.783.607)	(1.783.607)
Arrendamento	2	(157.993)	(157.993)	(177.762)	(177.762)
		(7.090.934)	(7.090.934)	(8.023.633)	(8.023.633)

- (1) Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e os classifica conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado utilizariam ao precificar um ativo ou passivo, presumindo-se que ajam no seu melhor interesse econômico. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço cotado** - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título patrimonial** - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados e outras técnicas de avaliação, como a mensuração ao valor novo de reposição (VNR).

Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos pelo poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig, respectivamente. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na nota explicativa nº 11.

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Outros passivos financeiros: A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus empréstimos, financiamentos e debêntures utilizando a taxa de 127,45% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para os empréstimos, financiamentos e debêntures e para a dívida pactuada com a Forluz, com taxas anuais entre IPCA + 4,10% a 6,00%, CDI + 0,36% a CDI + 2,12%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente equivalente ao contábil.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em decorrência de pelo pagamento de energia comprada de Itaipu indexados à variação do dólar norte americano, com impactos em seu fluxo de caixa. O risco relacionado à compra de energia de Itaipu é mitigado através da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às taxas de câmbio	30/06/2021		31/12/2020	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	-	-	(2.256)	(11.725)
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(63.547)	(317.873)	(62.593)	(325.277)
Passivo líquido exposto		(317.873)		(337.002)

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em informações disponibilizadas por seus consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial do Dólar norte americano em relação ao Real em 30 de junho de 2022 será uma valorização de 3,95% (R\$5,20). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seu resultado advindos da variação cambial esperada do Real, considerando um aumento de 25% e 50%, em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições cambiais	30/06/2021	30 de junho de 2022		
	Valor contábil	Cenário dólar R\$5,20	Cenário dólar R\$6,50	Cenário dólar R\$7,80
Dólar Norte-Americano				
Fornecedores - Itaipu binacional (Nota 15)	(317.873)	(330.443)	(413.053)	(495.664)
Passivo líquido exposto	(317.873)	(330.443)	(413.053)	(495.664)
Efeito líquido da variação cambial		(12.570)	(95.180)	(177.791)

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de redução das taxas de juros nacionais em 30 de junho de 2021. Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre as receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia e aos ativos financeiros relativos a CVA e outros componentes financeiros líquida dos efeitos sobre as despesas financeiras atreladas aos empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional, bem como passivos financeiros setoriais.

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes financeiros, os quais definem as taxas de juros levando-se em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. O passivo líquido indexado à variação das taxas de juros é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia às taxas de juros nacionais	30/06/2021	31/12/2020
Ativos		
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	537.733	581.287
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	1.467.445	2.576.490
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11)	824.624	132.681
	2.829.802	3.290.458
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 17)	(1.623.106)	(1.891.927)
Passivos financeiros setoriais (Nota 11)	(138.808)	(231.322)
	(1.761.914)	(2.123.249)
Ativo líquido exposto	1.067.888	1.167.209

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de junho de 2022, a taxa Selic será de 7,00%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma queda na taxa de 25% e 50%, em relação ao cenário provável, conforme tabela abaixo. A taxa CDI acompanha a taxa Selic.

Risco - Redução nas taxas de juros nacionais	30/06/2021	30 de junho de 2022		
	Valor contábil	Cenário Selic 7,00%	Cenário Selic 5,25%	Cenário Selic 3,50%
Ativos				
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (Nota 4)	537.733	575.374	565.964	556.554
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	1.467.445	1.570.166	1.544.486	1.518.806
CVA e outros componentes financeiros (Nota 11)	824.624	882.348	867.917	853.486
	2.829.802	3.027.888	2.978.367	2.928.846
Passivos				
Empréstimos, financiamentos e debêntures - CDI (Nota 17)	(1.623.106)	(1.736.723)	(1.708.319)	(1.679.915)
Passivos financeiros setoriais (Nota 11)	(138.808)	(148.525)	(146.095)	(143.666)
	(1.761.914)	(1.885.248)	(1.854.414)	(1.823.581)
Ativo líquido exposto	1.067.888	1.142.640	1.123.953	1.105.265
Efeito líquido da variação das taxas de juros		74.752	56.065	37.377

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de inflação em 30 de junho de 2021, sendo parte de seus empréstimos e financiamentos e seus passivos de pós-emprego atrelados ao IPCA. Em contrapartida, os índices que corrigem as receitas também estão relacionados à variação da inflação por meio dos índices IPCA e IGP-M, contrabalanceando parte do risco de exposição da Companhia. O passivo líquido exposto é demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à elevação da inflação	30/06/2021	31/12/2020
Ativos		
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11)	582.654	530.058
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M (Nota 25)	300.785	334.824
	883.439	864.882
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 17)	(2.716.166)	(3.211.127)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(311.355)	(342.369)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(391.284)	(391.333)
	(3.418.805)	(3.944.829)
Passivo líquido exposto	(2.535.366)	(3.079.947)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel.

Análise de sensibilidade

Em função de ter mais passivos que ativos indexados à variação dos indicadores de inflação, a Companhia está exposta a uma elevação deste indicadores. Assim, a partir da estimativa de que, em um cenário provável, a taxa IPCA será de 4,27% e a taxa de IGPM será de 4,01% em 30 de junho de 2022, a Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	30/06/2021	30 de junho de 2022		
	Valor contábil	Cenário IPCA 4,27% IGPM 4,01%	Cenário IPCA 5,34% IGPM 5,01%	Cenário IPCA 6,41% IGPM 6,02%
Ativos				
Ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura - IPCA (*) (Nota 11)	582.654	607.533	613.768	620.002
Contas a receber do Estado de Minas Gerais - IGP-M (Nota 25)	300.785	312.846	315.854	318.892
	883.439	920.379	929.622	938.894
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures - IPCA (Nota 17)	(2.716.166)	(2.832.146)	(2.861.209)	(2.890.272)
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(311.355)	(324.650)	(327.981)	(331.313)
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz) - IPCA (Nota 19)	(391.284)	(407.992)	(412.179)	(416.365)
	(3.418.805)	(3.564.788)	(3.601.369)	(3.637.950)
Passivo líquido exposto	(2.535.366)	(2.644.409)	(2.671.747)	(2.699.056)
Efeito líquido da variação do IPCA e IGP-M		(109.043)	(136.381)	(163.690)

(*) Parcela do ativo financeiro da concessão relativa à Base de Remuneração Regulatória homologada pela Aneel.

Risco de liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa da empresa. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimento exclusivos da Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, grau de alavancagem, exposições e patrimônio líquido. Busca também retorno por meio do alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Qualquer redução nos *ratings* da Companhia pode ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com fornecedores, dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:						
Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	50.668	100.894	834.477	3.957.736	-	4.943.775
Dívida pactuada com fundo de pensão (Forluz)	9.484	19.029	87.436	244.702	-	360.651
Equacionamento de déficit do fundo de pensão (Forluz)	4.191	8.440	38.722	223.907	361.385	636.645
	64.343	128.363	960.635	4.426.345	361.385	5.941.071
Pré-fixadas						
Fornecedores	1.067.015	405.986	295.947	-	-	1.768.948
	1.131.358	534.349	1.256.582	4.426.345	361.385	7.710.019

Risco de crédito

O contrato de concessão de distribuição determina o atendimento de forma abrangente dentro da área de concessão, sendo permitido o corte de fornecimento dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, a Companhia utiliza diversas ferramentas de comunicação e cobrança para evitar o aumento da inadimplência, dentre elas, contatos telefônicos, envio de e-mail, mensagens via “SMS”, cartas de aviso de cobrança, negativação de clientes inadimplentes em empresas de proteção ao crédito e cobrança judicial.

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. O risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

O saldo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2021, avaliado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$709.345.

A Companhia administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna, que vigora desde 2004.

Essa política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco sistêmico relacionado às condições macroeconômicas e regulamentares, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza aplicações financeiras que incorporem risco de volatilidade em suas informações contábeis intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basileia um ponto percentual acima do mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, de acordo com o valor do seu patrimônio líquido, segregando-se em categoria específica aqueles cujo risco de crédito é o próprio governo federal. A partir desta classificação, são estabelecidos os limites de crédito, conforme tabela abaixo:

Grupo	Patrimônio Líquido	Limite por banco (% do PL) (1)
Risco federal (RF)	-	10%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1 bilhão e R\$3,5 bilhões	Entre 5% e 8%
A3	Entre R\$400 milhões e R\$1 bilhão	Entre 0% e 7%

(1) O percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig, controladora da Companhia, estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do grupo, Cemig.
2. Os bancos dos grupos “Risco Federal” e “A1” deverão concentrar no mínimo 50% do total dos recursos disponíveis.

Pandemia Covid-19 – Riscos e incertezas relacionados aos negócios da Cemig

A avaliação da Companhia sobre os riscos e potenciais impactos da Covid-19 encontra-se apresentada na nota explicativa nº 1.1.

Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no mercado de curto prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Cemig D é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica. O limite regulatório para o repasse integral aos consumidores da exposição ao MCP, valorada pela diferença entre o preço médio de compra de energia da distribuidora e o preço de liquidação de diferenças (PLD), é 105% da energia requerida regulatória da distribuidora. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores. A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

Risco de continuidade da concessão

O risco de continuidade da concessão de distribuição decorre dos novos termos advindos da prorrogação da concessão, celebrado com o Ministério de Minas e Energia, com vigência de 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, conforme previsto na Lei nº 12.783/13. A prorrogação trouxe alterações em relação ao contrato anterior, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

O descumprimento dos critérios de qualidade por três anos consecutivos ou dos parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeira por dois anos consecutivos implicará a abertura do processo de caducidade.

Os critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão foram atendidos no período findo em 30 de junho de 2021.

Risco de antecipação do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig D e cláusulas de “*cross default*”.

A Companhia encontra-se adimplente com a totalidade de suas obrigações restritivas atreladas a índices financeiros com exigibilidade de cumprimento semestral e anual. Mais informações na nota explicativa nº 17.

c) Administração de capital

O passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
Total do passivo	17.851.441	19.119.392
Caixa e equivalentes de caixa	(580.741)	(659.045)
Títulos e valores mobiliários	(1.176.744)	(2.104.119)
Passivo líquido	16.093.956	16.356.228
Total do patrimônio líquido	6.579.338	6.021.631
Relação passivo líquido sobre patrimônio líquido	2,45	2,72

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 2020, a Companhia realizou as seguintes operações que não envolveram caixa, e, por conseguinte, não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- encargos financeiros capitalizados no montante de R\$11.938 no período de janeiro a junho de 2021 (R\$21.384 no período de janeiro a junho de 2020);
- adições no arrendamentos no montante de R\$5.288 em 30 de junho de 2021.

28. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO – CPI

Em 17 de junho de 2021, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instaurou Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para apurar atos de gestão da Cemig, desde 2019. Em reunião ordinária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, realizada em 24 de junho de 2021, foram designados os membros integrantes para a CPI, que apurará os atos da gestão da Cemig. A CPI tem poderes para, em 120 dias contados a partir da nomeação de seu Presidente e Vice-Presidente, realizar as investigações sobre os fatos que fundamentaram o requerimento de instauração da Comissão.

Através de requerimentos, a CPI solicitou diversas informações e documentos relacionados principalmente aos investimentos e desinvestimentos em participações societárias, gestão de pessoas e processos de inexigibilidade de licitação, que estão sendo atendidos pela Companhia em conformidade aos prazos estipulados.

A Cemig reafirmou o compromisso de prestar todas as informações necessárias ao pleno entendimento e esclarecimento das suas decisões de gestão.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicados de outra forma)

Lucro líquido do período

A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro semestre de 2021, lucro líquido de R\$739.793 em comparação ao lucro líquido de R\$479.390 no mesmo período de 2020. As principais variações na comparação dos resultados dos seis primeiros meses de 2021 e 2020 estão apresentadas a seguir.

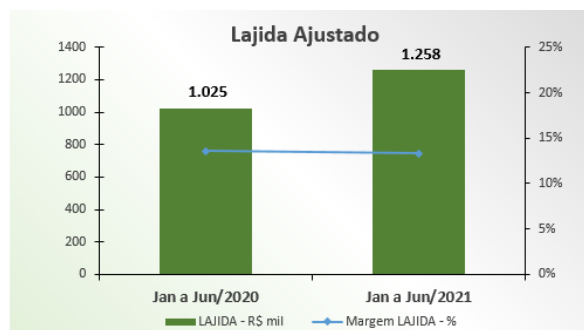
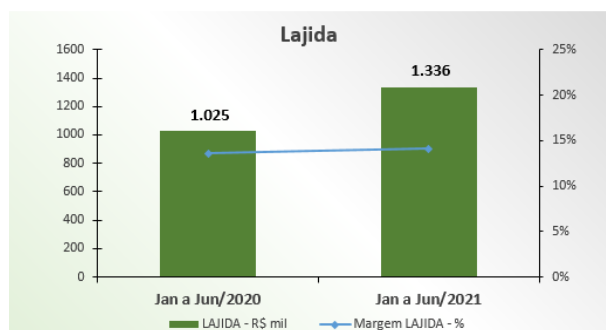
Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

O Lajida da Cemig Distribuição apresentou um aumento de 30,28% no primeiro semestre de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020, enquanto a margem do Lajida passou de 13,57% no primeiro semestre de 2020 para 14,12% no mesmo período de 2021.

O Lajida ajustado pela exclusão de itens não recorrentes, por sua vez, apresentou um aumento de 22,64% nos primeiros seis meses de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020, devido à reversão de provisão tributária de INSS sobre PLR realizada em 2021, enquanto a margem do Lajida passou de 13,57% no primeiro semestre de 2020 para 13,29% no mesmo período de 2021.

Lajida - R\$ milhões	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Var %
Lucro líquido do exercício	739.793	479.390	54,32
Despesa com imposto de renda e contribuição social	276.422	241.544	14,44
Resultado financeiro líquido	(10.458)	(24.655)	(57,58)
Amortização	330.129	329.133	0,30
= Lajida (1)	1.335.886	1.025.412	30,28
Reversão de provisões tributárias	(78.361)	-	-
= Lajida ajustado (2)	1.257.525	1.025.412	22,64

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.
- (2) A Companhia ajusta o Lajida calculado em conformidade à Instrução CVM 527/2012 excluindo os itens que, pela sua natureza, não contribuem para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa uma vez que são extraordinários.



O aumento do Lajida no primeiro semestre de 2021, em comparação ao mesmo período de 2020, decorre, principalmente, do aumento de 25,24% na receita líquida do período em função da melhora do consumo residencial e rural e da restituição de créditos de Pis/Pasep e Cofins aos consumidores, compensado pelo aumento dos custos com energia elétrica comprada para revenda e encargos de uso da rede básica de transmissão.

O aumento do Lajida Ajustado no primeiro semestre de 2021, em comparação ao mesmo período de 2020, decorre, principalmente, do aumento de 25,24% na receita líquida do período em função da melhora do consumo residencial e rural e da restituição de créditos de Pis/Pasep e Cofins aos consumidores, compensado pelo aumento dos custos com energia elétrica comprada para revenda e encargos de uso da rede básica de transmissão.

Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos	10.122.765	9.286.600
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	430.911	-
Receita de uso da rede - consumidores livres	1.669.221	1.410.801
Constituição de CVA e outros componentes financeiros	792.651	81.652
Receita de construção de infraestrutura de distribuição	719.519	581.744
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão	20.025	(955)
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(44.904)	(29.117)
Outras receitas operacionais	850.453	917.668
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas	(5.097.628)	(4.692.662)
	9.463.013	7.555.731

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$10.122.765 no primeiro semestre de 2021, em comparação a R\$9.286.600 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 9,00%. Os principais impactos na receita, no primeiro semestre de 2021, decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 3,65% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe residencial, principalmente pelo crescimento de 2,7% no número de consumidores nesta classe, bem como aumento de 0,97% no consumo médio mensal devido ao maior tempo de permanência das pessoas nas residências durante a pandemia de Covid-19;
- aumento de 14,17% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe rural, principalmente, pelo aumento de 44% no consumo do segmento de irrigação, responsável por 38% do consumo dessa classe, em reflexo ao menor volume de chuvas no período atual;

- redução de 9,09% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe de comércio e serviços em função, principalmente, da expressiva migração de consumidores para a mini e microgeração distribuída, bem como para o mercado livre. Adicionalmente, essa classe ainda sofre os impactos da redução da atividade em função da pandemia de Covid-19;
- redução de 7,16% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe poder público em função, principalmente, dos efeitos da pandemia de Covid-19, com as instituições de ensino com aulas presenciais suspensas e os órgãos públicos com atividades presenciais reduzidas ou paralisadas;
- redução de 2,67% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe industrial, em função, principalmente, da migração de consumidores cativos dessa classe para o ambiente livre.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo:

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh*		
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Var %
Residencial	5.641.592	5.442.910	3,65
Industrial	855.836	879.316	(2,67)
Comércio, serviços e outros	2.102.567	2.312.782	(9,09)
Rural	1.899.390	1.663.627	14,17
Poder público	358.362	386.015	(7,16)
Iluminação pública	670.035	664.656	0,81
Serviço público	699.867	675.124	3,66
Subtotal	12.227.649	12.024.430	1,69

*Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No primeiro semestre de 2021, essa receita correspondeu ao montante de R\$1.669.221, comparada a R\$1.410.801 no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de 18,32%.

Esta variação decorre, principalmente, do reajuste tarifário anual da Companhia, com efeito de 10,16% sobre os consumidores livres, aplicável a partir de 30 de junho de 2020. Esse efeito passou a ser de 5,74% para os consumidores livres a partir do recálculo do reajuste tarifário em 19 de agosto de 2020.

Adicionalmente, verificou-se um aumento de 15,27% da energia transportada no primeiro semestre de 2021, em comparação ao mesmo período do exercício anterior, tanto pelo aumento no consumo do segmento de irrigação da classe rural, quanto pela migração de consumidores comerciais para o mercado livre e também crescimento do mercado industrial em 2021 devido à recuperação da economia, conforme abaixo:

	MWh*		
	Jan a Jun/2021	Jan a Jun/2020	Var %
Industrial	10.101.082	8.750.291	15,44
Comercial	722.967	608.096	18,89
Rural	20.347	14.274	42,55
Serviço Público	1.551	-	-
Concessionárias	124.337	144.465	(13,93)
Total de energia transportada	10.970.284	9.517.126	15,27

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, em que se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

No primeiro semestre de 2021 foi reconhecida uma receita no montante de R\$792.651, em comparação ao reconhecimento de uma receita no montante de R\$81.652 no mesmo período de 2020. Essa variação deve-se, principalmente, à maior constituição de CVA e demais componentes financeiros no primeiro semestre de 2021, comparado ao mesmo período do exercício anterior, em função do aumento nos custos com energia adquirida no ambiente regulado e custos de transmissão. Adicionalmente, a realização dos valores homologados no ciclo tarifário atual foi menor que no ciclo anterior.

Ver mais informações na nota explicativa nº 11b.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$719.519 no primeiro semestre de 2021, comparados a R\$581.744 no mesmo período de 2020. Tal aumento deve-se, principalmente, à execução de uma parcela maior do orçamento do plano de investimentos da Companhia em relação ao período comparado, principalmente no segmento de subtransmissão, que se refere à expansão, reforço e reforma de alta tensão.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$5.097.628 no primeiro semestre de 2021, comparados a R\$4.692.662 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 8,63%, decorrente, principalmente, dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$1.202.846 no primeiro semestre de 2021, comparados a R\$1.104.278 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 8,93%. Tal variação é justificada, principalmente, pelo início da cobrança da conta CDE - Conta Covid em maio de 2021, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$8.457.256 no primeiro semestre de 2021, comparados a R\$6.859.452 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 23,29%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 23.

Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$36.043 no período de janeiro a junho de 2021, comparada a R\$19.211 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 87,62%. Esta variação decorre do aumento do resultado consolidado da Cemig, controladora da Cemig D, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos da Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e Cemig são unificados.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$594.347 no primeiro semestre de 2021, comparada a R\$506.300 no mesmo período de 2020, representando um crescimento de 17,39%. Os principais impactos decorrem dos fatores abaixo:

- aumento de 118,78% nas despesas com tecnologia da informação, sendo de R\$37.626 no período de janeiro a junho de 2021, comparada a R\$17.198 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre de novos contratos e investimentos em segurança realizados em 2021;
- aumento de 81,80% nas despesas com comunicação, sendo R\$75.783 no período de janeiro a junho de 2021, comparadas a R\$41.685 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre da contratação de novo serviço de Relacionamento Comercial em 2021;
- aumento de 42,93% nas despesas com conservação e limpeza de faixa, estradas e aceiros, sendo R\$45.969 no período de janeiro a junho de 2021, comparadas a R\$32.161 no mesmo período de 2020;
- aumento de 136,25% nas despesas com corte e religação, sendo R\$36.094 no período de janeiro a junho de 2021, comparadas a R\$15.278 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre da retomada dos serviços, após reestabelecimento da suspensão do fornecimento por inadimplência para algumas classes de consumidores.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$4.523.541 no primeiro semestre de 2021, comparada a R\$3.822.279 no mesmo período de 2020, um aumento de 18,35%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 37,39% nas despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R\$2.177.452 no período de janeiro a junho de 2021 comparadas a R\$1.584.890 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento no custo variável dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARs), devido ao maior despacho de usinas térmicas;
- redução de 28,64% nas despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$297.583 no período de janeiro a junho de 2021 comparadas a R\$417.023 no mesmo período de 2020. Essa variação decorre, principalmente, do menor impacto dos efeitos dos contratos de disponibilidade, devido ao despacho das usinas térmicas;
- aumento de 61,31% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$528.781 no período de janeiro a junho de 2021, comparadas a R\$327.796 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre do aumento do número de instalações geradoras (86.377 em junho de 2021, comparada a 49.339 em junho de 2020) e do aumento na quantidade de energia injetada (864.599 MWh no período de janeiro a junho de 2021, comparado a 426.761 MWh no mesmo período de 2020).

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Mais informações na nota explicativa nº 23c.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão e demais encargos do sistema totalizaram R\$1.485.726 no primeiro semestre de 2021, comparados a R\$638.051 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 132,85%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada é justificada, principalmente, pela redução, no segundo trimestre de 2020, dos encargos de transmissão, de forma a contribuir para a menor saída de caixa das distribuidoras de energia no período da pandemia de Covid-19. A partir de julho de 2020, ocorreu um reajuste de aproximadamente 40% nos encargos. Adicionalmente, devido ao maior despacho de usinas térmicas fora da ordem de mérito para segurança energética do sistema no primeiro semestre de 2021, o custo elevado dessas térmicas fez com que se elevasse o Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), que também compõe essa rubrica, de R\$5.630 no primeiro semestre de 2020 para R\$424.968 no mesmo período de 2021.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$41.813 no primeiro semestre de 2021, comparadas a R\$250.678 no mesmo período de 2020, representando uma redução de 83,32%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- a variação das provisões para contingências tributárias, que apresentou reversão líquida de R\$26.497 no período de janeiro a junho de 2021, em comparação à constituição de R\$13.224 no mesmo período de 2020. Esta variação decorre, dentre outros fatores, de decisão favorável obtida pela Companhia em um dos processos administrativos referentes à PLR das competências de janeiro a outubro de 2010, que resultou no cancelamento dos débitos tributários, conforme cálculos efetuados pela Receita Federal;

- a variação nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que apresentaram uma redução de 81,68%, sendo de R\$36.389 no período de janeiro a junho de 2021 comparadas a R\$198.649 no mesmo período de 2020, justificada, principalmente, pelo efeito positivo observado a partir de março de 2021 decorrente do aprimoramento das regras de provisionamento em curso, que visa assimilar as boas práticas adotadas pelo mercado no setor de energia elétrica, somado à eficácia do plano de mitigação da inadimplência, com a intensificação das ferramentas de cobrança, ampliação dos canais de negociação e diversificação dos meios de pagamento.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no primeiro semestre de 2021 foi uma receita financeira líquida de R\$10.458 comparada a R\$24.655 no mesmo período de 2020, representando uma redução de 57,58%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 36,44% nas receitas com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$234.659 no período de janeiro a junho de 2021, comparadas a R\$171.983 no mesmo período de 2020. Essa variação deve-se, basicamente, aos efeitos adversos da pandemia de Covid-19 sobre a renda das famílias;
- variação no efeito líquido das variações cambiais de Itaipu, tendo gerado uma receita financeira líquida de R\$7.291 no primeiro semestre de 2021, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$66.466 no mesmo período de 2020. Essa variação decorre da queda na taxa do câmbio de conversão dos pagamentos realizados no segundo trimestre de 2021.
- variação na atualização dos créditos tributários de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, que é apresentado líquido do efeito da atualização dos valores a serem restituídos aos consumidores, tendo gerado uma despesa financeira líquida de R\$13.336 no período de janeiro a junho de 2021, comparada a uma receita financeira líquida de R\$15.741 no mesmo período de 2020. Essa variação decorre do início do processo de compensação dos créditos tributários, o que resultou em um passivo a restituir superior aos créditos restantes;
- aumento de 458,10% na despesa com variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo de R\$121.169 no período de janeiro a junho de 2021, comparada a R\$21.711 no mesmo período de 2020. Esta variação decorre, principalmente, da variação do IPCA, principal indexador utilizado para a atualização monetária das dívidas da Companhia, que apresentou uma variação de 3,77% no acumulado de seis meses até junho de 2021, comparada à variação de 0,10% no acumulado de seis meses no mesmo período de 2020.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro semestre de 2021, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$276.422 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$1.016.215. No primeiro semestre de 2020, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$241.544 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$720.934.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8c.

Resultado do trimestre

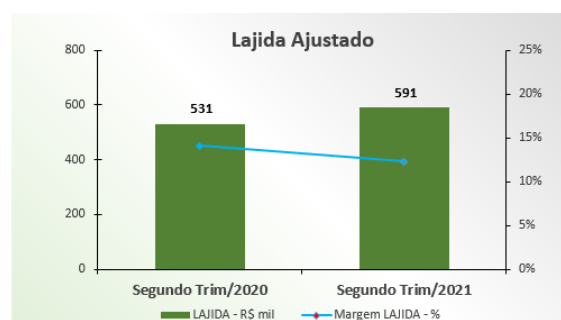
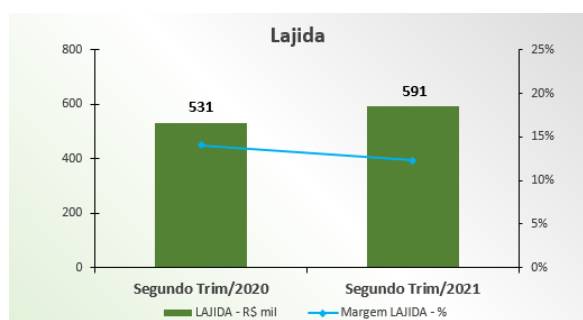
A Cemig Distribuição apresentou, no segundo trimestre de 2021, lucro líquido de R\$347.641 em comparação ao lucro líquido de R\$282.801 no segundo trimestre de 2020. As principais variações na comparação dos resultados dos segundos trimestres de 2021 e 2020 estão apresentadas a seguir.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Lajida)

O Lajida da Cemig Distribuição apresentou um aumento de 11,28% no segundo trimestre de 2021 em comparação ao mesmo período de 2020, enquanto a margem do Lajida passou de 14,06% no segundo trimestre de 2020 para 12,31% no mesmo período de 2021.

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/2021	Segundo Trim/2020	Var %
Lucro líquido do período	347.641	282.801	22,93
Despesa de IR e contribuição social	126.983	140.915	(9,89)
Resultado financeiro líquido	(49.913)	(59.071)	(15,50)
Amortização	165.872	166.051	(0,11)
= LAJIDA (1)	590.583	530.696	11,28

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no resultado líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de resultado líquido ou resultado operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.



O aumento do Lajida no segundo trimestre de 2021, em comparação ao mesmo período de 2020, decorre, principalmente, do aumento de 27,07% na receita líquida do período em função da melhora do consumo residencial e rural e da restituição de créditos de Pis/Pasep e Cofins aos consumidores, compensado pelo aumento dos custos com energia elétrica comprada para revenda e encargos de uso da rede básica de transmissão.

Receita operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Segundo Trim/2021	Segundo Trim/2020
Fornecimento bruto de energia elétrica e receita de uso da rede - consumidores cativos (a)	5.047.877	4.391.540
Restituição de créditos de PIS/Pasep e Cofins aos consumidores - Realização	252.538	-
Receita de uso da rede - consumidores livres (b)	826.666	680.582
Constituição (realização) de CVA e outros componentes financeiros (c)	453.744	136.254
Receita de construção de infraestrutura de distribuição (d)	398.218	333.337
Ajuste de expectativa do fluxo de caixa do ativo financeiro indenizável da concessão (e)	9.119	(1.679)
Multa por violação de padrão indicador de continuidade	(14.335)	(11.918)
Outras receitas operacionais (f)	405.503	477.137
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (g)	(2.578.292)	(2.226.901)
	4.801.038	3.778.352

Fornecimento bruto de energia elétrica (incluindo a receita de uso da rede - consumidores cativos)

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.047.877 no segundo trimestre de 2021, em comparação a R\$4.391.540 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 14,95%. Os principais impactos na receita, no segundo trimestre de 2021, decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 19,05% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe rural, principalmente, pelo aumento na consumo do segmento de irrigação, maior responsável pelo consumo dessa classe, como reflexo do menor volume de chuvas no segundo trimestre de 2021 quando comparado ao mesmo período do ano anterior;
- aumento de 4,59% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe industrial, devido aos efeitos da pandemia de Covid-19, principalmente no segundo trimestre de 2020, com redução na atividade industrial;
- aumento de 4,09% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe residencial, principalmente, pela incorporação de novas unidades consumidoras;
- redução de 3,22% na quantidade de energia vendida aos consumidores da classe de iluminação pública devido, principalmente, à implantação de lâmpadas LED em diversos municípios.

A variação na energia vendida por classe de consumo está apresentada abaixo:

Composição do fornecimento por classe de consumo	MWh		
	Segundo Trim/2021	Segundo Trim/2020	Var %
Residencial	2.766.585	2.657.910	4,09
Industrial	425.533	406.876	4,59
Comércio, serviços e outros	996.054	989.135	0,70
Rural	1.061.983	892.061	19,05
Poder público	171.645	169.009	1,56
Iluminação pública	314.679	325.162	(3,22)
Serviço público	352.752	339.650	3,86
Subtotal	6.089.231	5.779.803	5,35

*Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes.

Receita de uso da rede - consumidores livres

Refere-se à tarifa de uso do sistema de distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia distribuída. No segundo trimestre de 2021, essa receita correspondeu ao montante de R\$826.666, comparada a R\$680.582 no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de 21,46%.

Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 21,36% da energia transportada no segundo trimestre de 2021, em comparação ao mesmo período do exercício anterior, tanto pelo aumento no consumo do segmento de irrigação da classe rural, quanto pela migração de consumidores comerciais para o mercado livre e também crescimento do mercado industrial em 2021 devido à recuperação da economia, conforme abaixo:

	MWh		
	Abr a Jun/2021	Abr a Jun/2020	Var %
Industrial	5.118.220	4.230.152	20,99
Comercial	356.817	254.096	40,43
Rural	10.560	7.045	49,89
Serviço Público	900	-	-
Concessionárias	52.220	72.652	(28,12)
Total de energia transportada	5.538.717	4.563.945	21,36

CVA e outros componentes financeiros

A Companhia reconhece em suas informações contábeis intermediárias a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a conta de desenvolvimento energético (CDE) e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Estes saldos representam os valores que deverão ser ressarcidos ao consumidor ou repassados à Companhia nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição.

No segundo trimestre de 2021 foi reconhecida uma receita no montante de R\$453.744, em comparação a R\$136.254 no mesmo período de 2020. Essa variação deve-se, principalmente, à maior constituição de CVA e demais componentes financeiros no segundo trimestre de 2021, comparado ao mesmo período do exercício anterior, em função do aumento nos custos com energia adquirida no ambiente regulado e custos de transmissão. Adicionalmente, a realização dos valores homologados no ciclo tarifário atual foi menor que no ciclo anterior.

Ver mais informações na nota explicativa nº 11b.

Receita de construção

As receitas de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica foram de R\$398.218 no segundo trimestre de 2021, comparados a R\$333.337 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 19,46%. Tal aumento deve-se, principalmente, ao maior volume de investimentos em 2021.

Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.578.292 no segundo trimestre de 2021, comparados a R\$2.226.901 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 15,78%, decorrente dos fatores destacados a seguir:

Conta de desenvolvimento energético (CDE)

A conta de desenvolvimento energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da Aneel e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e conta de consumo de combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$589.367 no segundo trimestre de 2021, comparados a R\$552.139 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 6,74%. Tal variação é justificada, principalmente, pelo início da cobrança da conta CDE - Conta Covid em maio de 2021, conforme homologado no Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Esse é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Demais impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, suas variações decorrem, substancialmente, da variação da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais foram de R\$4.376.327 no segundo trimestre de 2021, comparados a R\$3.413.707 no mesmo período de 2020, representando um aumento de 28,20%.

As principais variações estão descritas a seguir. Informações adicionais sobre a composição dos custos e despesas operacionais podem ser obtidas na nota explicativa nº 23.

Participação de empregados e administradores no resultado

A despesa com participação dos empregados e administradores no resultado foi de R\$15.946 no segundo trimestre de 2021, comparada a R\$2.810 no mesmo período de 2020. Tal variação decorre do aumento do resultado consolidado da Cemig, controladora da Cemig D, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos da Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e Cemig são unificados.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$294.492 no segundo trimestre de 2021, comparada a R\$254.119 no mesmo período de 2020, representando um crescimento de 15,89%. Os principais impactos decorrem dos fatores abaixo:

- aumento de 111,10% nas despesas com tecnologia da informação, sendo de R\$17.274 no segundo trimestre de 2021, comparada a R\$8.183 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre de novos contratos e investimentos em segurança realizados em 2021;
- aumento de 223,66% nas despesas com comunicação, sendo R\$36.163 no segundo trimestre de 2021, comparadas a R\$11.173 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre da contratação de novo serviço de Relacionamento Comercial em 2021;
- aumento de 396,10% nas despesas com corte e religação, sendo R\$20.087 no segundo trimestre de 2021, comparadas a R\$4.049 no mesmo período de 2020. Esse aumento decorre da retomada dos serviços, após reestabelecimento da suspensão do fornecimento por inadimplência para algumas classes de consumidores.

Energia elétrica comprada para revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.375.202 no segundo trimestre de 2021, comparada a R\$1.903.100 no mesmo período de 2020, um aumento de 24,81%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 38,22% nas despesas com energia adquirida em leilão, sendo de R\$1.046.928 no segundo trimestre de 2021 comparado a R\$757.419 no mesmo período de 2020. Esse aumento no custo variável dos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARs), devido ao maior despacho de usinas térmicas;
- aumento de 52,35% nas despesas com compra de energia de curto prazo, sendo de R\$297.583 no segundo trimestre de 2021 comparado a R\$195.334 no mesmo período de 2020. O resultado da energia de curto prazo representa o saldo líquido entre as receitas e as despesas das operações ocorridas na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essa variação decorre, principalmente, do aumento em 204,00% no valor médio do preço de liquidação de diferenças (PLD) do Sudeste/Centro-Oeste, apresentando valor médio de R\$229,44/MWh no período de abril a junho de 2021 comparado a R\$75,47/MWh para o mesmo período de 2020;
- aumento de 77,40% nas despesas com geração distribuída, sendo de R\$273.757 no segundo trimestre de 2021, comparada a R\$154.314 no mesmo período de 2020. Essa variação é decorrente do aumento do número de instalações geradoras e do aumento na quantidade de energia injetada (445.944 MWh no segundo trimestre de 2021, comparado a 232.076 MWh no mesmo período de 2020).

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Mais informações na nota explicativa nº 23c.

Encargos de uso da rede básica de transmissão e demais encargos do sistema

Os encargos de uso da rede de transmissão e demais encargos do sistema totalizaram R\$720.452 no segundo trimestre de 2021, comparados a R\$265.470 no mesmo período de 2020, um aumento de 171,39%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de resolução da Aneel.

A variação verificada se justifica pela redução, no segundo trimestre de 2020, dos encargos de transmissão, de forma a contribuir para a menor saída de caixa das distribuidoras de energia no período da pandemia de Covid-19. A partir de julho de 2020, ocorreu um reajuste de aproximadamente 40% nos encargos. Adicionalmente, devido ao maior despacho de usinas térmicas fora da ordem de mérito para segurança energética do sistema no exercício de 2021, o custo elevado dessas térmicas fez com que se elevasse o Encargo de Serviços do Sistema (CCEE-ESS), que também compõe essa rubrica, de R\$5.630 no segundo trimestre de 2020 para R\$142.771 no mesmo período de 2021.

Este é um custo não gerenciável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões operacionais

As provisões operacionais foram de R\$23.701 no segundo trimestre de 2021, comparadas a R\$124.930 no mesmo período de 2020, representando uma redução de 81,03%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- a variação nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que apresentaram uma reversão de R\$7.789 no segundo trimestre de 2021 em comparação a uma constituição de R\$102.504 no mesmo período de 2020, justificada principalmente, pelo efeito positivo do aprimoramento das regras de provisionamento em curso, que visa assimilar as boas práticas adotadas pelo mercado no setor de energia elétrica, somado à eficácia do plano de mitigação da inadimplência, com a intensificação das ferramentas de cobrança, ampliação dos canais de negociação e diversificação dos meios de pagamento;
- a variação das provisões para contingências cíveis, que apresentou constituição líquida de R\$12.798 no segundo trimestre de 2021, em comparação a R\$5.142 no mesmo período de 2020. Esta variação decorre, dentre outros fatores, de decisões recentes desfavoráveis à Companhia, relacionados a relações de consumo e a responsabilidade civil.

Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido no segundo trimestre de 2021 foi uma receita financeira líquida de R\$49.913, comparada a uma receita financeira líquida de R\$59.071 no mesmo período de 2020, representando uma redução de 15,50%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- aumento de 47,93% nas receitas com acréscimos moratórios de contas de energia, sendo R\$121.235 no segundo trimestre de 2021, comparadas a R\$81.957 no mesmo período de 2020. Essa variação deve-se, basicamente, aos efeitos adversos da pandemia de Covid-19 sobre a renda das famílias;
- variação no efeito líquido das variações cambiais de Itaipu, tendo gerado uma receita financeira líquida de R\$24.254 no segundo trimestre de 2021, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$32.457 no mesmo período de 2020. Essa variação decorre da queda na taxa do câmbio de conversão dos pagamentos realizados no segundo trimestre de 2021.
- variação na atualização dos créditos tributários de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS, que é apresentado líquido do efeito da atualização dos valores a serem restituídos aos consumidores, tendo gerado uma despesa financeira líquida de R\$4.767 no segundo trimestre de 2021, comparada a uma receita financeira líquida de R\$7.105 no mesmo período de 2020. Essa variação decorre do início do processo de compensação dos créditos tributários, o que resultou em um passivo a restituir superior aos créditos restantes;
- variação monetária de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentou saldo líquido como despesa financeira de R\$50.587 no segundo trimestre de 2021, comparada a uma receita financeira líquida de R\$28.681 no mesmo período de 2020. Essa variação justifica-se pela variação positiva de 1,68% do IPCA no segundo trimestre de 2021 comparado a uma variação negativa de 0,43% no mesmo período de 2020;
- aumento nos encargos de variação monetária – Forluz, sendo de R\$11.427 no segundo trimestre de 2021, comparados a R\$3.199 no mesmo período de 2020. Essa variação deve-se, principalmente, à variação do IPCA acumulado em 12 meses, que foi de 8,35% em 30 de junho de 2021, comparado a 2,13% em 30 de junho de 2020.

Ver a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 24.

Imposto de renda e contribuição social

A Cemig Distribuição apurou, no segundo trimestre de 2021, despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$126.983 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$474.624. No segundo trimestre de 2020, a Companhia apurou despesa com imposto de renda e contribuição social no montante de R\$140.915 em relação ao lucro antes dos impostos de R\$423.716.

As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na nota explicativa nº 8c.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Reynaldo Passanezi Filho
Diretor Presidente

Dimas Costa
Diretor Cemig Comercialização

Leonardo George de Magalhães
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Marney Tadeu Antunes
Diretor Cemig Distribuição

Maurício Dall'Agnese
Diretor Cemigpar

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor sem denominação

Eduardo Soares
Diretor de Regulação e Jurídica

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 47.822

Carolina Luiza F. A. C. de Senna
Gerente de Contabilidade Financeira
e Participações
Contadora - CRC-MG 77.839



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis e três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte (MG), 16 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0